

HT-109



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
Departamento de História

**MACHANGA NO SÉC. XIX EM CONFLITO COM OS PORTUGUESES E  
NGUNI: *Uma reconstituição da história político-social de uma região ao sul de Sofala***

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de Licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Jaime Maconha Augusto**

Maputo, 2002

HT-109

**MACHANGA NO SÉC. XIX EM CONFLITO COM OS PORTUGUESES E  
NGUNI: Uma reconstituição da história político-social de uma região ao sul de Sofala**


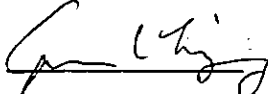

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Jaime Maconha Augusto**

**Departamento de História  
Faculdade de Letras  
Universidade Eduardo Mondlane**

**Supervisor: Professor Doutor Gerhard Julius Liesegang**

Maputo, 2002

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			20 / 6 / 2002

94:32(679)  
A923m

F. LETRAS B. E. CL

R. E.	29187
DATA	15.10.2002
ADQUIÇÃO	Open
COTA	HT-109

04

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de exprimir o meu grande apreço a todos; familiares, amigos pelo encorajamento que me deram para a conclusão deste trabalho. A eles devo a coragem que tive de continuar nos momentos mais difíceis da sua elaboração.

Um muito obrigado vai igualmente a minha esposa e ao pequeno Shelsio, que se viram privados do afecto do esposo e pai durante dias e noites do trabalho.

A todos, que directa ou indirectamente tornaram possível este trabalho, vão os meus melhores agradecimentos.

Ao meu Tutor, que tudo ao seu alcance fez, conduzindo e corrigindo as minhas id

## DECLARAÇÃO

"Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal"

## RESUMO

O presente trabalho, aborda a história político-social da região da Machanga no séc. XIX. Ele abarca um espaço temporal que vai desde 1811 a 1896, cujos objectivos são:

- Estabelecer uma relação entre o interesse económico-mercantil português com a primeira tentativa de conquista da região.
- Encontrar na dominação nguni, as razões do surgimento de novas identidades clânicas na região.

Com o seu desenvolvimento espera-se reconstituir a situação político-social vivida na região no séc. XIX com o advento dos portugueses e dos nguni.

Ele incorpora quatro capítulos; no primeiro faz-se a apresentação dos objectivos, hipóteses do trabalho, metodologia e fontes, onde são expostas as principais ideias da problemática das fontes no estudo da região sobretudo no que se refere ao período anterior ao séc. XIX.

No segundo capítulo são afluídos os aspectos geográficos e históricos cujo principal enfoque são as ligações existentes entre as características físico-naturais e o nome da região e as anteriores relações da região com os antigos reinos da Madanda e do Quiteve .

Quanto ao terceiro e quarto capítulos, a eles se reserva a abordagem sobre as principais causas e o alcance da primeira tentativa de conquista militar da região pelos portugueses, conduzidas em 1811 pelo governador António José de Ruxleben e a dominação nguni na região a partir de 1835 e o seu impacto político-social.

Nas conclusões realçam-se as consequências de índole social que advieram da dominação e da política de assimilação ngunis onde se apontam o surgimento de novas identidades clânicas e o hábito agora extinto dos homens furarem as orelhas como o enfoque principal da presença nguni na região da Machnaga.

Também se mostra, nesta parte, que as campanhas militares conduzidas por António José de Ruxleben em 1811 não tiveram o seu fim desejado, pois, em menos de um ano da conquista da região esta voltou a sua anterior situação de autonomia política talvez devido à incapacidade na altura dos portugueses estabelecerem um domínio efectivo nos serões.

E que o fim da dominação nguni na região significou o início da ocupação efectiva da região pelos portugueses graças a acção da Companhia de Moçambique em 1896.

<b>I. CAPÍTULO : Objectivos, Metodologia e Fontes.....</b>	<b>1</b>
1.1. Introdução.....	1
1.2. Objectivo do Trabalho.....	1
1.2.1. Objectivo geral.....	1
1.2.2. Objectivos específicos.....	1
1.3. Razões pelo interesse do tema.....	2
1.4. Espaço temporal do Trabalho.....	2
1.5. Apresentação das hipóteses do Trabalho.....	3
1.6. Metodologia de trabalho.....	4
1.7. Revisão das fontes.....	5
<b>II. CAPÍTULO: Geografia e Antecedentes Históricos da Região.....</b>	<b>8</b>
2.1. Introdução.....	8
2.2. Geografia da região.....	8
2.3. Antecedentes históricos da região.....	11
2.3.1. Machanga e as origens.....	11
2.3.2. Primeiros habitantes e sua origem.....	13
2.3.3. Caracterização Sócio-cultural e o contacto da região com os Portugueses.....	16
2.3.4. Machanga e a dinastia Nyamunda.....	18
2.3.5. Nyamukuma, título aristocrático associado ao clã Simango.....	22
2.3.6. Estrutura político-administrativa da dinastia Nyamukuma.....	23
<b>III. CAPÍTULO: Machanga entre 1811 e 1835.....</b>	<b>32</b>
3.1. Introdução.....	32
3.2. Primeira tentativa militar portuguesa de conquista da região.....	32
3.2.1. Razões e o alcance da conquista militar portuguesa sobre a região em 1811.....	32
3.3. Apetrechos militares e o sistema de defesa local.....	37
<b>IV. CAPÍTULO: Presença nguni na Machanga.....</b>	<b>40</b>
4.1. Introdução.....	40
4.2. Breves referências à história dinástica e migratória nguni.....	41
4.3. Machanga e os nguni em 1835.....	44
4.4. Machanga e os nguni, 1840/62-1889.....	45
4.5. Implantação do sistema político-administrativo nguni na Machanga.....	48
4.6. Impacto político-social da presença nguni na Machanga.....	51

4.7.Fim da presença nguni e início do Governo da Companhia de Moçambique.....	53
V. Conclusão e considerações finais.....	56
Mapas I, II .....	8 e 63
Bibliografia e fontes .....	58

## **I. CAPÍTULO: Objectivos, Metodologia e Fontes**

### **1.1. Introdução**

Machanga do ponto de vista histórico, é uma zona de particularidades comuns das de outras zonas costeiras moçambicanas que desde os séc. IX e X estiveram incorporadas na extensa rede comercial índica dominada pelos muçulmanos do Golfo Pérsico.

A zona, no século XVI, fez parte do reino Madanda, mais tarde talvez do reino Quiteve, entre 1811 a 1814 esteve sob influência dos portugueses de Sofala e no período que vai de 1836 a 1895 subordinou-se à autoridade nguni sobretudo do estado nguni de Gaza . E por volta de 1896 foi ocupada pela administração da Companhia de Moçambique e administrada a partir de Sofala.

### **1.2. Objectivos do Trabalho**

#### **1.2.1. Objectivo Geral**

O presente estudo tem como objectivo geral:

- i) Reconstruir a história político-social da Machanga no séc XIX.

#### **1.2.2. Objectivos Específicos:**

São objectivos específicos do estudo:

- Estabelecer uma relação entre o interesse económico-mercantil português com a primeira tentativa de conquista da região.
- Encontrar na dominação nguni, as razões do surgimento de novas identidades clânicas na região.



### 1.3. Razões pelo interesse do Tema

O interesse pelo estudo da região decorre do facto de existirem na Machanga interessantes tradições do passado político- social dos seus habitantes, cujo estudo de que se sabe até hoje, muito pouco se fez apesar de existir alguma informação documental que pode ajudar a reconstruir a sua história. O facto do candidato ser natural dessa região e querer de certo modo contribuir através de alguns subsídios a todos quanto no futuro interessarem-se pelo estudo da história da região também muito pesou para a escolha do tema.

No entanto, apesar da relativa abundância de fontes escritas sobretudo às relativas ao séc.XIX, destacados investigadores da região do sudeste do Zimbabwe até a foz do rio Save como D.N Beach (1980), reconhecem a complexidade existente no seu estudo sobretudo ao período anterior ao séc XIX, e dados arqueológicos que podiam ser úteis aos investigadores apresentam-se hoje, como tarefa difícil de se ultrapassar dada a progressiva erosão e conseqüente desaparecimento irremediavelmente de muitos vestígios da actividade humana na zona costeira desde a foz do rio Save à baía de Sofala.<sup>1</sup> Trabalhos dirigidos por Lerenó Antunes Barradas (1967) de recuperação de vestígios da antiga povoação da primeira Mambone na foz do rio Save apontam para esse sentido<sup>2</sup>

### 1.4. Espaço Temporal do Trabalho

O espaço temporal do presente trabalho, abarca o período que se estende desde 1811 à 1896, porém , considerando a natureza da dinâmica social e política que o tema propõe abordar, julgamos importante sempre que para isso for necessário, proceder-se a recuos e avanços no tempo na perspectiva de apreendermos o processo na sua globalidade.

---

<sup>1</sup> Beach, D.N. *The Shona and Zimbabwe 900-1850*. Salisbury, Mambo Press, 1980. p. 158 .

<sup>2</sup> Barradas, L. A. *A Primeira Mambone e suas Imediações*. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Monumenta nº14, 1967. p. 9.

A delimitação das nossas balizas justifica-se por duas razões fundamentais:

i) 1811 marca o início do primeiro confronto armado que a região trava contra um invasor europeu, e se bem que não foi desta vez que conheceu a sua conquistada, o facto não deixou de constituir uma séria ameaça à aristocracia local. A paz relativa que se seguiu a esta primeira tentativa de ocupação que apenas durou menos de um ano, veio a ser posta em causa 24 anos mais tarde quando em 1835 as hostes nguni dirigidas por N'qaba atacaram militarmente a região. Desde então, a presença nguni se mostrou constante com fases mais críticas de destruições, sobretudo durante as governações de Muzila (1862-1884) e Ngungunyana (1884- 1895) e especialmente antes da transferência da capital do estado de Gaza para o vale do Limpopo em 1889.

ii) O ano de 1896 representa igualmente um marco importante na história da região, finalmente é consumada a intenção portuguesa de ocupar efectivamente o território agora concessionário à Companhia de Moçambique, facto que aconteceu com o fim do estado nguni de Gaza em 1895 e a prisão em Fevereiro de 1896 de Chicugo[Chikhugo] e do Paculo (seu sobrinho) que em Dezembro de 1895 juntamente com um outro chefe de Ampara haviam comandado as forças que viajaram para Mandlhakazi em solidariedade com Ngungunyane confrontado pelos conquistadores portugueses António Enes e Mouzinho de Albuquerque<sup>3</sup>.

### 1.5. Apresentação das Hipóteses do Trabalho

A primeira tentativa de conquista militar da Machanga esteve relacionada com a causa económica e a captura de escravos deve ter pesado mais sobre a necessidade

---

<sup>3</sup> Cruz, M.J. da. *História da Formação da Classe Trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué 1892-1926*. Maputo, 1982. Tese, Licenciatura, Faculdade de Letras/ Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1982. pp. 11-5. Ver também o Boletim da Companhia de Moçambique, n.º 80, 1896. p. 134.

de tornar possível o comércio nos sertões. Isto justifica o motivo porque os portugueses não se estabeleceram na região depois da conquista da mesma em 1811.

A influência Nguni fez -se exercer no espaço geográfico da Machanga de forma muito peculiar, ela mexeu com toda a estrutura político-social da região introduzindo um novo elemento da autoridade político-administrativa como foi o caso do surgimento de "tindunas" cujo estatuto sobrepunha a autoridade local, a adopção da língua e cultura ngunis por um sector da população sobretudo a masculina<sup>4</sup> e o surgimento de novas identidades clânicas.

Estes são os pressupostos nos quais se baseiam as hipóteses do presente trabalho que procurará responder ao seguinte questionamento:

- i) Quem são e de onde vêm as populações que hoje habitam Machanga?
- i) Quais foram as causas e o alcance do ataque militar da região pelo governador António José de Ruxleben em 1811.
- ii) Que impactos sócio-culturais resultaram da dominação Nguni na região?

#### **1.6. Metodologia de trabalho**

A metodologia de trabalho usada na presente pesquisa, assentou-se fundamentalmente na consulta documental em bibliotecas especializadas como o Arquivo Histórico de Moçambique ( A.H.M ), Centro de Estudos Africano (C.E.A) e Arquivo do Património Cultural (ARPAC).

---

<sup>4</sup> Na sede do distrito de Chibabava, na margem esquerda do rio Búzi, ( área de Dongonda) onde nos anos 1870s também estabeleceu-se a capital do estado de Gaza, alguns homens dos 50-60 anos de idade ainda hoje ostentam orelhas furadas, se bem que com o acto eles só sabem explicar que os seus pais assim os fizeram para facilmente serem recrutados para as minas da África do Sul, queremos acreditar que o hábito foi anteriormente adoptado como uma clara manifestação cultural imposta

A realização do trabalho do campo baseado nas entrevistas efectuadas em 1998 insere-se nos métodos de pesquisa também usados.

Para além dos métodos clássicos aqui apontados, também foi necessário estabelecer contactos informais, junto das pessoas mais velhas e experientes, especialistas, estruturas políticas do distrito e elementos das autoridades locais ouvindo e registando as histórias do passado da região.

A este aspecto, deve-se referir que o candidato teve a oportunidade de entrar em contacto com diferentes comunidades Ndaus dos distritos de Machanga, Chibabava e Buzi graças ao trabalho de campo que efectuou acompanhando como intérprete a Dr<sup>a</sup> Elizabeth McGonagle, uma investigadora americana da Universidade de Michigan, E.U.A. que investigava as identidades e cultura material ndau no espaço cultural ndau de Moçambique ( Mussurize, Sussundenga, Machaze, Chibabava, Machanga e Búzi ).

Porque o tempo em cada lugar foi curto (7 dias) , as entrevistas na Machanga aconteceram em alguns lugares seleccionados da sede da vila. Também foram entrevistadas algumas pessoas que sendo naturais dum outro distrito vizinho, alguma informação têm sobre a história da Machanga sobretudo do período da dominação nguni.

### **1.7. Revisão das Fontes**

Apesar de muito fascinante a pesquisa do passado histórico mais longícuo das regiões mais remotas do nosso país, o estudo referente a região "Sudeste do Zimbabwe até a foz do Save" a qual Machanga se incorpora, se reveste de uma particular complexidade devido à escassez de fontes escritas portuguesas anteriores ao séc XIX<sup>5</sup>.

---

pelos invasores nguni. ( observação feita pelo candidato na zona de Dongonda- Chibabava, Setembro, 1998 ).

<sup>5</sup> Beach, D.N., op.cit. pp. 157-71.

D.N. Beach (1980) sistematizou desta forma o grau de complexidade ainda existente na investigação histórica desta região:

"O nosso conhecimento sobre a história dos shonas orientais ( a designação shona pode ser extensiva aos actuais habitantes da Machanga ) é algo confuso devido ao insuficiente fornecimento de informação. Os documentos portugueses quase todos se referem as terras altas do interior"<sup>6</sup>

De facto, na investigação histórica da região Centro-Sul deparamos com duas situações distintas: a) os séculos XIX e XX são os mais cobertos pelas fontes escritas b) mas o período anterior a 1740 é crítico para a reconstituição da história dinástica do hinterland de Sofala porque abrange a época em que a acção política portuguesa tinha passado para o vale do rio Zambeze e para o planalto do Zimbabwe e o entreposto mais importante na costa moçambicana do Índico era já a Ilha de Moçambique, e Sofala como consequência, havia passado para o segundo plano o que reflectiu-se na documentação<sup>7</sup>.

De qualquer modo, e segundo G. J. Liesegang (1989), entre os séc XVI a XVIII a situação não é tão lastimosa em fontes escritas. A carta de Diogo de Alcáçova de Novembro de 1506 é uma das primeiras e importantes fontes do século XVI que retratam o interior de Sofala, seguiram-se depois outras como a de 1512 que se refere a viagem efectuada por António Fernandes para o interior de Manica e estado de Zimbabwe, e de João Vaz de Almada datada de 20 de Junho de 1516 quando o mesmo António Fernandes, "carpinteiro degredado e iletrado", já era um agente diplomático-comercial importante, viajou em direcção ao rio Save<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Idem. p. 157.

<sup>7</sup> Liesegang, G.J. Sofala, Beira e a Sua Zona ( c. 900-1894 ). In: *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, nº6 , Beira, Especial, Outubro de 1989, p. 21.

<sup>8</sup> Ibid. Ver. *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840 Vol 1 ( 1497-1506 )*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. pp.388-400 ; 178-189.

A monografia de Frei João dos Santos que viveu na povoação de Sofala entre 1586-1590 constitui uma grande contribuição sob o ponto de vista de volume e qualidade de informações que fornece sobre o interior de Sofala nos finais do séc XVI.<sup>9</sup>

De 1740 em diante o período está ricamente coberto de informações escritas graças a actividade de João Julião da Silva que fornece notícias do interior de Sofala entre 1796 a 1846 com um certo detalhe<sup>10</sup>.

Relativamente a Machanga e para o período em referência, o historiador ainda depara com certos problemas de fontes escritas, pois, as existentes, só dizem respeito apenas a vida das populações circunvizinhas da povoação de Sofala e sobretudo das terras altas dos antigos reinos de Manica, Quissanga e Quiteve. E sobre o reino de Madanda ao qual Machanga esteve incorporada no início do séc. XVI e provavelmente ainda no séc.XVII pouco se sabe ao seu respeito.

As primeiras referências históricas ao reino Madanda, remontam os princípios do séc. XVI quando o seu soberano, Nyamunda, é citado como tendo tentado o bloqueio comercial à Sofala, mas depois disso, pouco mais se soube da sua história.

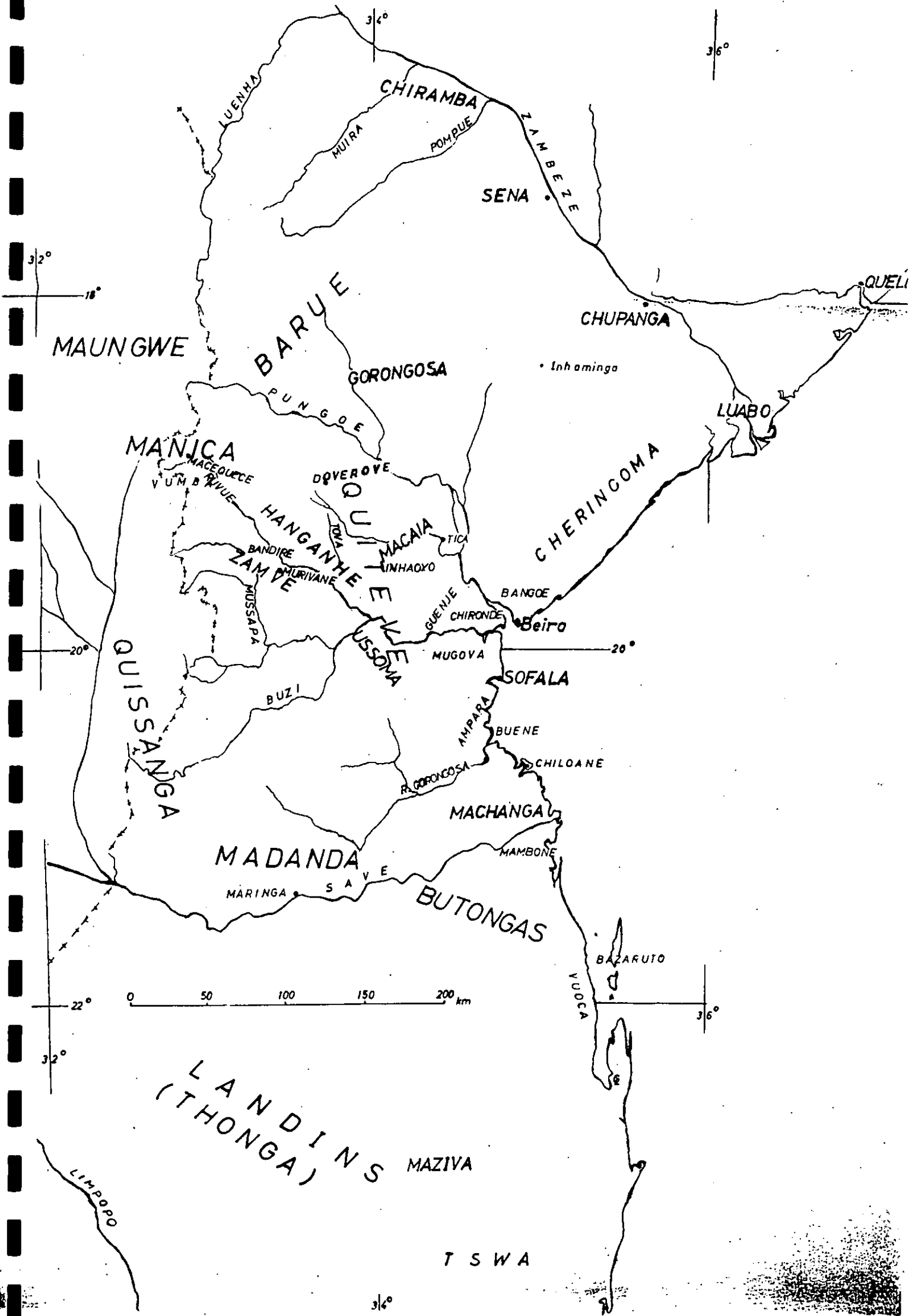
J.K.Rennie ( 1984 ) e D.N.Beach (1980), no respeitante a informação que temos sobre as antigas chefias carangas[karangas] são, igualmente importantes. E para os períodos mais recentes, e de certa forma ricos em informações antropológicas, entre muitos trabalhos, pode-se nomear as sínteses de A. Rita- Ferreira ( 1975 ), E.D. Earthy (1931) e H. Ph. Junod (1939 ) que sumariza trabalhos seus anteriores.

Entretanto, a partir do séc. XIX Machanga começa a ser referenciada na documentação escrita, inicialmente como uma unidade política dependente talvez da Madanda/Danda e mais tarde do Quiteve/Teve<sup>11</sup> e entre 1862 a 1895 como zona tributária do estado nguni de Gaza.

---

<sup>9</sup> Liesegang, G.J. *Sofala...* op. cit. p.21.

<sup>10</sup> *Ibd.*



## II. CAPÍTULO : Geografia e Antecedentes Históricos da Região

### 2. 1. Introdução

No presente capítulo abordaremos os aspectos geográficos e históricos da região procurando definir o seu espaço geográfico e descrevendo as condições naturais do solo e a origem da população local.

Pretendemos igualmente mostrar que com o tempo as condições naturais do solo foram se alterando e novas realidades se formaram caracterizando o actual estado de salinidade da maior parte das suas terras aráveis. E que as anteriores características morfológicas da região junto a foz do rio Save deram origem a sua actual designação.

### 2.2. Geografia da Região

Machanga é uma zona a sul de Sofala, limita-se a Norte pelo distrito de Buzi através do rio Gorongoza [Gorongozzi], a Sul pelo distrito de Govuro ( Província de Inhambane ) através do rio Save , a Ocidente pelos distritos de Chibabava e Machaze este último da província de Manica e a Oriente pelo Oceano Índico.

Administrativamente está dividida em dois postos administrativos : Divinhe e Machanga-sede, e cinco localidades: Cherinda , Inharingue, Chiloane, Maropanhe e Mutambanhe<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Rennie, J.K. Ideology and State Formation: Political and communal ideologies among the south-eastern shona, 1500-1890. In: Salim, Ahmed Idha. *State Formation in Eastern Africa*. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1984. p. 169.

<sup>12</sup> *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: resultados definitivos da província de Sofala*. Instituto Nacional de Estatística, Maputo, Abril de 1999. p.10.





De harmonia com os dados definitivos do censo populacional de 1997, Machanga é habitada por uma população maioritariamente falante da língua Ndau, na sua versão dialectal "CiMashanga", e estima-se em cerca de 44.784 sendo 20.288 masculina e 24.496 feminina . A maioria desta população concentra-se na localidade da Machanga-sede com 22.214 habitantes e os restantes 22.570 encontram-se distribuídos pelas cinco localidades do posto administrativo de Divinhe<sup>13</sup>.

É uma zona de solos argilosos castanho-acinzentado-escuros e de aluviões com limitações agrícolas de salinidade, drenagem e inundações<sup>14</sup>. A população concentra-se mais junto à costa e ao longo da margem esquerda do rio Save e em zonas lacustres e de existência de água doce devido à prática da agricultura e pesca que são as suas principais ocupações.

Por volta de 1826/7<sup>15</sup> a região foi descrita como zona muito propícia para a prática da agricultura e de óptimas condições para o gado se desenvolver. Porém, embora a fertilidade fosse ao tempo um estereótipo, mesmo na descrição de zonas áridas com solos pobres. É de considerar que, actualmente, com o crescimento da população e o uso do solo sem recuperação da fertilidade, a zona da Machanga encontra-se a abraços com a progressão de salinidade dos solos que pode perigar a futura continuidade da prática da agricultura na região.

À excepção da localidade da Machanga-sede , outras localidades exercem por excelência a actividade piscatória e a extracção do sal, todavia, a agricultura é praticada em quase todo o distrito.

---

<sup>13</sup>Ibd.

<sup>14</sup> Moura, A. R. Sobre os Vandaus ( Sofala- Moçambique). In: *Moçambique: aspectos da cultura material*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos/Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1986. p. 55

<sup>15</sup> Botelho, S.X. *Memória Estatística Sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*. Lisboa: Typ. José Baptista Morando, 1835. pp.124-5.

A mapira, o milho, a mexoeira e o arroz foram ao longo do tempo os principais cereais. A população alimenta-se sobretudo da farinha de mapira, milho e mexoeira.

As principais árvores de fruta são; a mangueira o coqueiro e o cajueiro, havendo outras, mas de menor escala como são os casos da goiabeira, papaieira, limoeiro e laranjeira. A fraca diversidade e abundância de árvores de fruta tem estado a influir muito negativamente na qualidade e quantidades de vitaminas vegetais consumidas, o que resulta no baixo desenvolvimento físico das crianças<sup>16</sup>.

Do coqueiro aproveita-se o "leite" do seu fruto para preparar alimentos. Antes da passagem do ciclone Eline em Fevereiro de 2000 que devastou todas as aldeias destruindo a maior parte das palhotas, podia estimar-se em três exemplares por cada dez famílias. Machanga-sede, Ilha de Chiloane, Cherinda e Divinhe são lugares onde se pode encontrar o maior número dos seus exemplares.

O emprego pela população local do termo de origem swahili "nazi" quando se referem ao coco, sugere que a sua cultura foi introduzida na zona pelos mercadores de origem asiática, provavelmente entre os séc. IX e X<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Informação extraída do boletim informativo conjunto dos Ministérios de Saúde e do Plano e Finanças sobre o perfil distrital de segurança alimentar e nutrição, Fevereiro, 1997.

<sup>17</sup> Liesegang, G.J. Possibilidades do Estudo de Espaços Cognitivos Antigos e mais Recentes em Moçambique, s/c. XV-XX. In: José, A. e Meneses, P. (ed.) *Moçambique-16 Anos de Historiografia: focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90 Vol. 1*. Maputo: Notícias, 1991. p.31.

## 2. 3. Antecedentes Históricos da Região

### 2. 3.1. Machanga e as Origens

A Machanga assim se chamou devido às suas características físico-geográficas e, no que parece, primeiramente a partir dos seus primeiros habitantes ou dos povos seus vizinhos.

Dois informantes descreveram a região como tendo estado desabitada na altura da sua primeira fixação , acontecida provavelmente muito antes do domínio do reino Madanda sobre a região no séc XVI<sup>18</sup>.

Do Agostinho Manduze Chiteve, actual régulo da Machanga, colheu-se a seguinte tradição oral relativa a fundação da Machanga:

"Mukoshua e Beia-Peia eram dois irmãos que vinham da direcção do norte, quando eles chegaram a Machanga, encontraram a região desabitada, apenas vivia um homem caçador que nas noites dormia em cima das árvores.

Beia-Peia como irmão mais velho ficou na primeira região descoberta a que chamou de Mukuiro ( zona alta ) mais conhecida, actualmente, por Beia-Peia I e II. É por isso que durante muito tempo o zimbaohe ( capital ) era lá. O Mukoshua ficou na zona da foz do rio Save a que chamou de Muterero ( zona baixa ) onde mais tarde os portugueses construíram a sua administração. Dizem que eles eram originários da região de Mbire. Com a morte do Beia- Peia, a capital foi transferida para a zona baixa. E depois da morte de Mukoshua seguiu-se uma prolongada guerra entre os irmãos e primos pela sucessão do trono. Desde lá até hoje o zimbaohe ou seja, a capital, fixou-se na zona baixa por ter sido esta zona que venceu a guerra dirigida por Maveze (um dos filhos de Mukoshua ). Portanto, foram estes dois irmãos que deram origem ao nome de Machanga porque nesta zona baixa havia muito caniço (shanga na língua local )"<sup>19</sup>

Neste contexto, somos levados a crer que a adopção do nome da Machanga para designar a região deve ter derivado da abundância do caniço ( *shanga* na língua local ) nas margens do rio Save.

---

Ver também Serra, Carlos ( coord ). *História de Moçambique, Vol.1 , 2ªed.* Maputo: Departamento de História/ UEM e Tempo, 1988. p. 57.

<sup>18</sup> Entrevista., Fernando Victorino Tuzine e Timóteo Mabessa Simango , Setembro, 1998.

<sup>19</sup> Entrevista, Agostinho Manduze Chiteve , Setembro, 1998.

Portanto, na ausência de uma outra informação suplementar mais sólida à tradição oral, é de considerar que as características físico-geográficas sustentadas pela oralidade devem ter jogado um papel preponderante na adopção do nome. Em África e, nas comunidades sem escrita, este não é um caso isolado. O Padre Luís Wegher citando Yohanna B. Abdallah observou que os Yão assim se chamam porque os seus descendentes eram originários de um monte descampado chamado "Yão"<sup>20</sup>.

O emprego do termo "Mashangana"<sup>21</sup> para designar os naturais da Machanga deveu-se sobretudo aos missionários americanos cuja fundamentação baseou-se no facto dos habitantes da Machanga terem sido também antes sujeitos ao estado fundado por Sochangane. De facto, é sabido hoje que a designação étnica de Machangana para as populações Tsonga que habitam o Sul do País derivou do nome de Sochangane, o fundador do estado de Gaza, mas o uso do termo Machanga para designar a zona situada a sul de Sofala é muito anterior a existência desse estado nguni no nosso País.

De qualquer modo, no contexto urbano da cidade da Beira no séc XX, os termos Mashangana ou Shangana foram erroneamente empregues para designar os habitantes da Machanga criando as vezes confusão entre os Tsonga do sul de Moçambique mais conhecidos por Shangana e estes falantes de "Cimashanga" (um dos subgrupos da Língua Ndau mais falado ao longo da costa desde a foz do rio Save até ao norte da cidade da Beira)<sup>22</sup>.

Embora Machanga tivesse sido parte ou província do reino Quiteve entre finais do séc XVII até ao séc XVIII, anteriormente deve ter sido feito parte do reino Madanda.

---

<sup>20</sup> WEGHER, P. Luís. *Um olhar sobre o Niassa, Vol. 1*. Maputo: Paulinas, 1995. p.111.

<sup>21</sup> Rennie, J.K. op. cit. p.169.

<sup>22</sup> *Ibd.*, Rita Ferreira, A. *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos nº50, 1958. p. 47.

O período da sua independência política se julga ter acontecido com a desintegração do reino Quiteve entre 1640 e 1744 e sobretudo coincide com o avanço dos Tsonga (os Bila nkulu) a partir 1770 em direcção ao norte a quem se responsabiliza a desintegração do reino Madanda e o estabelecimento de pequenas chefaturas "lhengues" ao longo das margens do rio Save<sup>23</sup>. Na sequência desta expansão Tsonga para o norte, o Nyamunda da Madanda, em 1822 apenas controlava a terça parte do seu território e diversas chefaturas suas dependentes devem a partir deste período iniciado a sua sublevação em relação ao poder central<sup>24</sup>.

### 2.3. 2. Primeiros Habitantes e sua Origem

Os trabalhos de D.N.Beach ( 1980 ) e J.K.Rennie( 1984 ) sobre a região do sudeste do actual Zimbabwe até a foz do rio Save, apesar de muito valiosos sob o ponto de vista da história da expansão e fixação da população Shona-karanga em áreas originalmente não karangas, não nos permitem hoje determinar, o período em que os povos pré- shona-karanga se estabeleceram no local e identificar a quem os invasores Shona-karanga chamavam nas terras conquistadas de "Tonga"<sup>25</sup>.

D.N. Beach ( 1980 ), observa que a formação das dinastias shona-karangas se fez suplantando as já existentes nas terras conquistadas e que nas condições em que essa expansão não foi capaz de transformar completamente a cultura e língua locais, deixou traços muito fortes da cultura do Zimbabwe, tal facto foi observado na dinastia Makombe de Bàrué<sup>26</sup>.

Se considerarmos certa esta informação somos levados a crer que a cultura e língua da antiga população da Machanga, encontrando-se em oposição com a

---

<sup>23</sup> Rennie, J.K. op. cit. p. 168.

<sup>24</sup> Ibd.

<sup>25</sup> Para uma clara explicação sobre a origem da designação "Tonga", estes autores têm recomendado novos trabalhos de investigação incluindo as pesquisas arqueológicas para períodos anteriores ao séc.XV . Ver. Beach, D.N. op.cit. p.159.

<sup>26</sup> Idem. p.157.

cultura e língua dos novos ocupantes caíram em desuso. Isto talvez explique as razões do porquê as actuais fronteiras linguísticas no espaço territorial ndau são muito flutuantes. O facto pode nos levar a supor que as diferenças entre os diferentes subgrupos ndau derivaram-se do longo processo de adaptação ou apropriação da cultura e língua do invasor shona-karanga pelos povos conquistados.

De acordo com Rita-Ferreira ( 1958 ), a língua Ndaú é um dos subgrupos linguísticos do Shona-karanga, que se encontra subdividido em ramos linguísticos como: Shanga ( falado na costa, do rio Save até a cidade da Beira ), Gova (falado no interior, nas baixas do Búzi e Save ) Tombodji ( falado no interior nas montanhas a norte de Chibabava ) e Danda ( falado no interior nas terras altas do sudoeste incluindo Machaze e Chibabava )<sup>27</sup>. Estas ramificações linguísticas são derivadas de designações regiões e que no contexto colonial português, serviram de classificação étnica ou tribal. Parece que actualmente o seu significado não abrange somente, as condições físico- naturais das zonas que ocupam como muitos autores defendem, mas também a forma específica da língua Ndaú nelas falada<sup>28</sup>.

Portanto, a diversidade com que se fala a língua Ndaú na qual a língua Teve [Citeve] às vezes, é incluída como um dos seus ramos, pode sugerir que antes da ocupação e fixação do complexo grupo shona-karanga, neste vasto espaço geográfico viviam diversos grupos populacionais cuja origem, no presente, só a arqueologia é capaz de desvendar<sup>29</sup>.

O próprio termo Ndaú é algo ainda discutível quanto a sua origem. Os trabalhos de J.K. Rennie ( 1984 ) tendem a questionar a validade da designação ao período nguni que é comumente aceite por muitos investigadores.

---

<sup>27</sup> Rita-Ferreira, A. *Pequena História de Moçambique Pré-colonial*. Lourenço Marques: Fundo de Turismo, 1975. p. 47.

<sup>28</sup> *Ibd.*

<sup>29</sup> Beach, D.N. *op. cit.* pp.148-9.

Para o autor, os primórdios da designação ndau situam-se no séc. XVIII quando em 1739 os mercadores de ouro e de marfim de Quissanga eram chamados pelos Tonga de Inhambane de Ndjao<sup>30</sup>. Rita-Ferreira ( 1975 ) fixa o período no séc. XIX, quando os nguni adoptaram o termo derivando da forma como parte dos habitantes das antigas chefiás karangas se cumprimentavam pronunciando Ndawé! Ndawé!<sup>31</sup>. João Julião da Silva ( 1844 ) quando se refere aos ataques à povoação de Sofala em 1836 descreve os atacantes como sendo os "mataos" de Quissanga comandados pelos vatuas<sup>32</sup>.

De qualquer modo, o período no qual, o termo ndau ou "matao" substituiu a classificação genérica de "karangas ou mocarangas"<sup>33</sup> para todos os grupos populacionais habitantes do território nuclear do antigo império de Mwenemutapa é algo ainda hoje, muito controverso. Não seria de considerar, à luz da padronização e ao uso das línguas nacionais no ensino, o que pressupõe-se também futuramente a sua escrita, voltar-se as origens e aglutinar todas as línguas e dialectos derivados do Shona-karanga falados em Moçambique num único grupo linguístico a que se chamaria Karanga ou simplesmente Shona?

Em todo o caso, os primeiros habitantes da Machanga segundo a tradição oral, são originários da região Mbire, ao exemplo do que se tem falado em relação aos outros subgrupos do Shona-karanga como os Manyika por exemplo, o que sugere que no passado todos eles possuíram um tronco linguístico comum.

---

<sup>30</sup> Rennie, J.K. op.cit. p.169.

<sup>31</sup> Rita-Ferreira, A. *Pequena História...* op.cit. p.130.

<sup>32</sup> Silva, J.J.da., Silva, Z.H da; Silava, G.E da. *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. p.180.

<sup>33</sup> Santos, F. J. dos . *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999. p.180.

### 2.3.3. Caracterização Sócio-cultural e Contacto da Região com os Portugueses

Apesar das influências culturais sofridas<sup>34</sup> tanto através dos contactos estabelecidos com povos islamizados bem como com o cristianismo trazido pelos europeus, um sector considerável da população continuou até hoje, a professar o culto tradicional baseado na crença e na veneração dos espíritos dos seus antepassados<sup>35</sup>.

O crédito nos espíritos e no poder destes sobre a vida entre os ndau ainda hoje está presente na sociedade machanguese, Rita-Ferreira ( 1975 ) observa nos seus trabalhos que é nos ndau onde se tem verificado uma prática peculiar de uma família lobolar uma mulher a um espírito, ficando esta, esposa de quem já morreu.

O primeiro contacto da população local com os portugueses deve datar do séc XVI quando os primeiros sertanejos baseados na povoação de Sofala começaram a interessar-se pelo comércio do marfim e pontas de rinocerontes com as populações dos sertões de Sofala<sup>36</sup>.

Parece que um dos principais motivos que levaram os portugueses a decidirem-se pela conquista da Machanga em 1811, foi a necessidade de garantir livre o trânsito das suas mercadorias para o interior constantemente sujeitas ao bloqueio e saques. E também parece que o interesse pela captura de escravos influenciou na tomada desta decisão<sup>37</sup>. De qualquer forma, devemos supor que os planos para a exploração senhorial dos territórios e populações conquistados não estiveram alheios aos planos de conquista.

---

<sup>34</sup> Rita-Ferreira, A. *Povos de Moçambique- História e Cultura*. Porto: Afrontamento, 1975. p.130 . e Santos, F. J op.cit. p.180.

<sup>35</sup> Rita-Ferreira, A. *Povos...* op. cit.p.132. e Moura, A. R. op. cit. pp.55-6.

<sup>36</sup> António Fernandes é referido como tendo sido o primeiro sertanejo português que indo comerciar no reino de Madanda [ Danda ] em 1516 mas talvez antes em 1512 avistou-se com o rei Nyamunda. Beach, D.N. op cit. p.157. Ver também Liesegang, G.J. *Sofala...* op.cit.p.22.



Mambone, uma zona vizinha da Machanga e ambas situadas na foz do rio Save foi até ao séc. XV, segundo se julga, um dos entrepostos comerciais do Índico onde residiam famílias de origem swahili como se pode deduzir da existência duma olaria específica nas zonas como Bazaruto e Sofala, talvez fosse mesmo a que se considerava, antiga Sofala<sup>38</sup>.

Ao contrário do que se julgava, não deve ter sido o nome da lendária rainha Sabã que deu origem ao nome do rio Save, mas, provavelmente o nome de Muana-Musavi antigo império situado a sul de Sofala referido nos urdjã (poemas) de Ahmed Ibn- Madjid (Suposto piloto-guia do navegador português Vasco da Gama)<sup>39</sup>

A importância histórica deste porto como um dos importantes escoadouros do ouro do grande Zimbabwe deve ter chegado ao conhecimento dos portugueses na altura da sua chegada à baía de Sofala em 1502 que trataram de conquistá-lo às populações Swahili ali estabelecidas.

A dominação das comunidades swahili desta pequena povoação deve ter seguido à conquista de Sofala pelo Pero de Anhaia ao rei Zufe ou Issufo em 1505 e posteriormente a construção da feitoria de Sofala feita inicialmente com recurso ao material local. Parece que Pero de Anhaia inicialmente estava contra ao plano de estabelecimento desta feitoria neste local segundo era o desejo do rei de Portugal, D. Manuel, a quem por várias vezes enviou-lhe cartas informando da natureza hostil do clima e a insalubridade do meio, mas a fama do ouro que Sofala tinha nos círculos portugueses da época acabou vencendo e aí a todo custo foi construído a primeira fortaleza portuguesa em Moçambique, a Fortaleza de S. Caetano, cujos vestígios

---

<sup>37</sup> Silva, J.J. *Memórias* ...op.cit. p.203.

<sup>38</sup> Segundo parece, até ao séc. XV os mercadores de origem asiática devem ter utilizado o porto situado na foz do rio Save conhecido na altura por Nshava ou Singo e, que para além de escravos, do ouro, e do marfim exportava-se por ali o cobre. Rita-Ferreira, A. *Pequena História*...op.cit. p.27. Ver também Barradas, L. A. A primeira Mambone e suas Imediações. Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967. In: *Monumenta n° 14*. pp.7-8.

<sup>39</sup> Barradas, L. A. *A Primeira Mambone*... op. cit. pp. 20-22.

desapareceram no início do séc. XIX devido à transgressão do mar que caracteriza toda a baía de Sofala<sup>40</sup>.

Em Mambone ou Govuro no séc XVIII se havia fixado um residente português de Sofala talvez fosse José da Fonseca Coutinho, cognominado pela população local ( "Inhamavande" ou desdentado) que tinha sido antes governador dos rios de Sena e vivido na povoação de Sofala entre 1695-1700 e cujas terras de Mambone eventualmente passaram mais tarde com a sua morte sem herdeiro para a Fazenda Nacional e posteriormente, em 1806, foram cedidas a uma residente de Sofala como prazo<sup>41</sup>.

Porém , Machanga embora vizinha deste prazo português, manteve-se até ao séc. XIX como uma unidade politicamente livre da influência directa das autoridades portuguesas.

#### 2.3.4. Machanga é a Dinastia Nyamunda

Nyamunda foi um título dinástico associado ao grupo clânico moyo presente provavelmente como titular nas chefias dos reinos Madanda e Quiteve entre os séc. XV e XIX<sup>42</sup>.

No séc. XVI, na sequência das erupções políticas associadas à falta de coesão dos karanga como membros de uma unidade politicamente unificada, emergiram dentro do estado dos Mwenemutapa profundas cisões que originaram a criação de estados periféricos com autoridade política própria.

A descrição da situação política vivida no império de Mwenemutapa no séc. XVI feita por F.J. dos Santos ( 1609 ) aponta para esse sentido:

---

<sup>40</sup> Lobato, Alexandre. *Novos Subsídios para a História da Fundação de Sofala* . Lisboa: Ciências Históricas e Filológicas , 1950. pp. 135-9. Ver também Liesegang, G. J. *Sofala*,...op. ci. pp.36-7.

<sup>41</sup> Silva, J.J.da. op. cit. p. 63.

"O Manamotapa e os mocarangas seus súbditos trazem na testa um búzio branco, como jóia, pendurado dos cabelos, e o Manamotapa traz outro búzio grande sobre o peito. A estes búzios chamam andoros, *os quais são odiosos ao Quiteve por serem divisa do Manamotapa seu inimigo* (...) assim nem o Quiteve nem seus vassallos trazem andoro (...)"<sup>43</sup>.

J.K. Rennie ( 1984 ) observa que das sublevações ao estado central dos Mwenemutapa, emergiram como estados independentes, os reinos: Quiteve, Quissanga e Madanda. Também "Mashanga ou Shanga " poderia ser considerado neste momento como o último estado a emergir como uma unidade politicamente independente do domínio do Nyamunda do Quiteve no séc. XVIII<sup>44</sup>.

A falta da união política entre as chefias karanga que se exacerbou com a acção mercantil dos portugueses a partir do séc. XV é também aludida em escritos feitos por J.J. da Silva (1844) :

" Enquanto os reis forão poderozos, e a sucessão era de pai a filhos, todos lhe obedecião (...) porem andando tempo os habitantes desta villa pela ambição e opozição huns aos outros entrarão a dar fazendas aos principes e depois aos mesmos grandes; e a ambição daquelles para reinarem cada hum com as taes fazendas atrahião partidos, e depois com Armas desputavam a sucessão (...)"<sup>45</sup>

De qualquer modo, Machanga embora já no séc. XVIII se achasse politicamente independente, provavelmente havia tributado ao Nyamunda do Quiteve depois de ter feito o mesmo ao de Madanda.

As divergências entre os autores parece insistentes quanto aos limites destes dois reinos. Segundo J.K.Rennie ( 1984 ), o primeiro rei do Quiteve chamado Manyenganhura ao se tornar independente em 1518 expandiu o seu domínio em direcção ao rio Save tendo ainda no mesmo período, estabelecido os primeiros contactos com Sofala<sup>46</sup>. Supõe-se que neste período deve ter ele disputado o controlo do porto de Sofala a Madanda<sup>47</sup>.

<sup>42</sup> Rennie, J.K. op. cit. p.169.

<sup>43</sup> Santos, F.J. dos, op.cit. p.222. O sublinhado é da nossa autoria

<sup>44</sup> Rennie, J.K op. cit. p.169.

<sup>45</sup> Silva J.J op.cit. pp. 71-2.

<sup>46</sup> Rennie, J.K. op.cit. p. 167.

<sup>47</sup> Liesegang, G.J. Sofala... op. cit. p.25.

Outros autores, apontam a fronteira norte do reino da Madanda o rio Búzi onde terminava o reino Quiteve até ao mar<sup>48</sup>.

Segundo Rita-Ferreira ( 1975 ) os reinos Quiteve , Madanda Quissanga e Manica foram fundados pelos filhos de Mwenemutapa e confirmados por Changamire por volta do séc. XVI.<sup>49</sup>

Porém, a tradição oral com que se baseiam certos autores associando a criação destes estados aos filhos de Mwenemutapa não deve ser exacta. O facto é que o nome clânico ou mutupo da maior parte das dinastias destes estados é Moyo e o nome clânico de Mwenemutapa não deve ter sido esse<sup>50</sup>.

E mesmo admitindo que os fundadores destes estados alguma vez tiveram uma relação de parentesco com o Mwenemutapa, esta relação mais tarde deve ter desaparecido quando Changamire ao revoltar-se em 1680<sup>51</sup> conseguiu dominar todo o império durante quatro anos, pressupondo que neste período ele deve ter substituído os anteriores governadores pelos novos que não tinham nenhuma relação familiar com o Mwenemutapa<sup>52</sup>.

Em todo o caso, parece haver alguma razão para afirmar que embora Machanga tivesse sido originalmente parte do antigo reino Madanda conservou no séc. XIX muitos dos hábitos da corte dos Quiteve a julgar pela existência secular na Machanga do nome Chiteve entre os membros da aristocracia local e o uso do título Nyamukuma, da palavra "kukuma", também usado na corte do Quiteve pelo grupo hierárquico dos "aios"<sup>53</sup>.

---

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> Silva, J.J. op. cit. p. 235.

<sup>50</sup> Liesegang, G.J. *Sofala...* op.cit. p.25

<sup>51</sup> Idem. p.22.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Conforme o costume "Quiteve" batia-se palmas das mãos ao rei quando a ele se dirigisse ou quando ele terminasse o seu relato. Silva, J.J.da. .op.cit. p.75. Na Machanga segundo a tradição oral, a aristocracia local intitulou-se Nyamukuma [ VaNyamukuma ] pela sua forma cortês caracterizada

J.J. da Silva( 1844 ) descrevendo os costumes do reino Quiteve disse:

" Os quiteves são tidos entre a cafraria desta costa por gente mais polida, pacífica e cerimoniaica e é provérbio entre os cafres, a um indivíduo a quem elogio de polidez, chamão-lhe Xiteve"<sup>54</sup>

Na corte do Quiteve parece terem coexistido duas categorias de dignatários. Na primeira categoria encontravam-se : "Bocorume, Nexiva, Nerucaio, Inhamita" que tinham como residência a corte e na segunda estavam: "Nyamukuma e Nyanguvo" que viviam nas terras que lhes foram cedidas<sup>55</sup>

O Nyamukuma era aio ou educador dos príncipes enquanto que a função de Nyanguvo era de anunciar a maturidade dos jovens que acontecia aos 20 anos de idade<sup>56</sup>.

A estes nobres, pelos serviços prestados na corte, alguns dos seus titulares foram entregues terras para governar.

Na língua Ndau, a palavra "kukuma" significa a forma cortês com que se cumprimenta e se fala ao rei ( mambo ) e insere uma série de significações de obediência na pessoa do mambo , sendo o batimento das mãos a sua forma mais característica<sup>57</sup>.

---

pelo batimento das mãos. Entrevista, Mwari Mavijo ( anciã ) e Bzipa Tchauque ( anciã ), setembro de 1998.

<sup>54</sup> Silva, J.J.dos. op.cit. p.161.

<sup>55</sup> Ibd.

<sup>56</sup> " A prática sistemática da actividade guerreira parece ter estado na mesma forma presente na organização da guarda pessoal do rei do Quiteve" Citação da nota (67 ) em Santos, F. J. dos. op. cit. 104 p. Mas isto, de acordo com Carlos Serra ( 1983 ), não queria dizer que por tudo e por nada a aristocracia procurasse fazer uso do exército, e entre outras razões porque não era fácil mantê-lo, os Mwenemutapas, tinham por costume tentar economizar nas despesas e nos riscos que um exército sempre comportava, investindo na ideologia; é assim que nos seus palácios existiam os Nyamukuma e Nyanguvo que educavam os filhos dos nobres de suas terras, futuros chefes, inculcando-se-lhes, até aos 20 anos, o respeito e a castidade. Ver. Serra, C. *Para a História da Arte Militar Moçambicana 1505-1920*. Maputo: Cadernos Tempo, 1983. pp.78-9.

<sup>57</sup> A respeito deste tipo de obediência ao mambo ou rei , F. J. dos Santos ( 1609 ) anotou que no reino do Quiteve " Se querem os cafres falar a este rei, logo à entrada da porta se deitam no chão, e dali deitados entram para dentro da casa, arrastando-se de ilharga lhe falam sem olharem pera ele, e

Portanto, o título dinástico Nyamukuma do qual falaremos a seguir julgamos ter a sua origem na função desempenhada por estes titulares na corte do Nyamunda no Quiteve.

### **2.3.5. Nyamukuma, título aristocrático associado ao clã Simango**

Na Machanga, os que ostentam o título dinástico Nyamukuma estão associados ao grupo clânico Shoko que no contexto da política de aculturação e assimilação impostas pelos nguni no espaço linguístico ndau entre 1840/62-1889 passou a designar-se Simango.

Enquanto os membros do grupo clânico Simango constituíssem uma reduzida família, poderia considerar-se que a aristocracia por eles formada era muito coesa.

Com o aumento, porém, dos seus representantes por nascimentos e pela imigração de outros grupos, as contradições pelo centro do poder agudizaram-se com os primeiros a reclamarem para si a superioridade política recorrendo para isso o poder político-religioso vedando aos segundos a legibilidade ao cargo de mambo.

Desta maneira se criaram mecanismos para só os Simangos residentes no "Zimbahoe" (capital ou corte) fossem somente eles eleitos ou indicados como mambos e os que viviam na periferia incluindo outros Simangos ocupassem os cargos subalternos de simples "Nyamasangos"<sup>58</sup>.

---

enquanto lhe vão falando, juntamente vão batendo as palmas ( que é a principal cortesia de que usam os cafres ) Santos, F. J. dos. op. cit. p.94.

<sup>58</sup> Rennie, J. K. op. cit. p.170.

### 2.3.6. Estrutura Político-administrativa dos Nyamukuma

No contexto da emancipação de estados vassallos ( Quiteve, Madanda Manica e Quissanga ). Machanga surge no séc.XVIII como uma unidade politicamente independente do domínio Quiteve<sup>59</sup>.

Portanto, pelo prolongado contacto entre a corte do Quiteve e os membros fundadores da dinastia Nyamukuma na Machanga é de crer que o modelo da estrutura político-administrativa adoptada pelos Nyamukuma foi de certa forma semelhante em muito dos seus aspectos com a do Quiteve, com quatro principais agentes do poder; Mambo, Nyamassango ( pequeno chefe territorial ), Madoda ou Manganacana (grupo de anciãos) e Mutume[Vatume no plural] (mensageiros) .

O mambo para os assuntos de administração contava, na primeira linha de acção, com a assistência do conselho de anciãos ( os madoda/manganacana) e na segunda, com o conselho dos Nyamasangos.

Os "madoda/manganacana", formavam um conselho restrito que integrava também membros da família real. A indicação dos madoda/ manganacana baseava-se na sua capacidade de eloquência. Por isso nem sempre a sua função foi hereditária.

Este modelo de estrutura político-administrativa mantinha-se até ao nível dos Nyamsangos.

A seguir ao Mambo, havia um grupo enorme de Nyamasangos cujo número ia se esticando à medida do crescimento da população e da ocupação de novas terras.

O mambo tinha a seu dispor uma guarda armada, constituída por poucos homens que o acompanhava nas suas deslocações. ( nos últimos tempos e no contexto

---

<sup>59</sup> Idem p.169.

colonial português , esta guarda já andava desarmada e não ultrapassa o número de 2 )

J.K. Rennie ( 1984 ) , numa área que partia de Mkupe até a foz do rio Save identificou 70 Nyamasangos administrando áreas que variavam de 10 a 20 km<sup>2</sup> com uma população de entre 500 a 3000. Segundo o autor, alguns destes Nyamasangos eram descendentes da linhagem real e os outros representavam linhagens e grupos incorporados resultantes da fixação de novas vagas de imigrantes<sup>60</sup>.

O pagamento do tributo e de outras taxas era comumente praticado entre as chefias karangas e era a forma de reprodução social da aristocracia. J.K. Rennie ( 1984 ) observou que pagava-se pelo funeral, animal caçado, mercadorias em trânsito e administração da justiça <sup>61</sup>.

Frei João dos Santos ( 1609 ) recorda que ninguém via o rei de Quiteve sem lhe trazer um presente e os de pouca posse traziam pelo menos um saco de terra, ou um feixe de capim em sinal de obediência .

Os títulos "Nyamukuma" bem como "Nyamasango" eram títulos dinásticos hereditários cuja sucessão era de pai para o filho. Antes indicava-se o filho primogênito, mas ultimamente não se cumpria à risca este direito costumeiro. O mambo podia em vida, indicar um dos seus filhos mais preferidos independentemente da sua idade, para o suceder, o que frequentemente gerava lutas de sucessão entre irmãos.

Durante a regência de Muzila aconteceu na Machanga no ano de 1877<sup>62</sup> um conflito sucessório provocado pela indicação segundo John Ndazondua<sup>63</sup>, do príncipe

---

<sup>60</sup> Idem. P.170.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Segundo um documento de 1877 encontrava-se na Machanga um grande contingente de forças ngunis que massacraram muita gente. J.J. da Silva identificou o grupo como sendo dos vatuas que vinham comandados por um seu maioral chamado Ganga. Ver: Silva, J. J. ...op.cit. p. 288. Luis Nhangajo Chiguno (Entrvista, ancião), diz conhecer o local onde foram enterrar os mortos deste



Manama como novo mambo ao invés de Manyasha que era o irmão mais velho. Na tentativa de derrubar o seu rival Manyasha solicitou o apoio dos nguni para o assassinar.

O modelo sucessório baseado na indicação do filho mais preferido pelo mambo, ainda em vida, segundo Luís Mangate Bill Mapossa<sup>64</sup>, podia permitir a circulação do poder somente entre os filhos da mulher mais velha ou preferida do rei/mambo criando sempre conflitos entre outros pretendentes.

No arbítrio destes casos parece que os médium tinham um papel importante. Chamados para intervir como interlocutores dos mortos eles conseguiam que a indicação do rei/mambo sucessor fosse pacífica e consensual. Segundo J.J. da Silva ( 1844 ), os casos de consulta aos espíritos na escolha e na entronização do novo rei/mambo eram muito frequentes entre as chefias do Quiteve.

---

massacre através do seu bisavô que dele sobreviveu . O cemitério, segundo ele, chama-se "bzipa yo mukondo" ou seja, cemitério de lanças em homenagem às vítimas desse acontecimento . Entrevista, Setembro de 1998, Machanga. Entretanto, o Ganga, chefe dos vatuas residentes na Machanga é referido na proposta de Paz por ele apresentada em 1867 aos residentes da vila de Chiloane. Ver: Fundo do séc. XIX- Governo do distrito de Sofala, *Paz proposta pelos vatuas do régulo Muzila, residentes na Machanga* M2, cx1 Ano 1867, A.H.M.

<sup>63</sup>. Entrevista, Setembro, 1998. Esta informação é confirmada pela documentação portuguesa do séc. XIX, que aponta o mesmo ano para a sangrenta guerra acontecida entre os régulos onde resultou uma grande perda de vidas humanas. Silva, J.J.da. op.cit. p.288. Ver Também os Fundos do séc. XIX- Governo do distrito de Sofala: *Correspondência recebida da missão do Alferes António Augusto Resende*, M1 (14), cx3, Ano 1877 A.H.M., *Correspondência recebida da residência- Chefe no Mossurize*, M2 (4), cx3, Anos 1886-9 A.H.M.

<sup>64</sup> Entrevista, Luís Mangate Bill Mapossa, Setembro , 1998.

De qualquer modo, é interessante a observação que este autor faz das causas das lutas sucessórias na corte Quiteve:

"(...) enquanto os reis eram poderosos (...) e os príncipes e grandes do reino delle dependião nenhuma fazenda tinham para seus vestuários e de suas mulheres se não as que recebem da mão do rei (...) porém a ambição dos negociantes transtornou tudo, dando cada qual porções de fazendas aos príncipes e estes com elas procurarem partidos e guerrearem contra os reis (...) e cada um delles aspirava reinar, esta foi a causa por que a sucessão já não era pelos primogénitos segundo a sua instituição mas pelos vários ramos que emanavam do primeiro tronco e ficou como a lei entre eles, que todos os ditos ramos que não tenham um rei desde o pai, filho até neto, fica perdendo os seus descendentes o direito de subir ao trono."<sup>65</sup>

Com a morte do jovem herdeiro Dinis Chiteve em 1997, (o mais novo dos pretendentes à sucessão e o último filho varão da mulher mais nova do rei/mambo), que havia ascendido por indicação do conselho de anciãos, gerou-se alguma celeuma. Agostinho Manduze Chiteve que é o filho de uma das mulheres do rei falecido, pela força parece estar a conseguir impor-se face a oposição da sua irmã paterna. Que se ela conseguisse ser nomeada pelo conselho de anciãos seria a primeira vez na história de sucessão, conhecida na Machanga, uma mulher chegar à Mambo mesmo havendo filhos varões.

O direito consuetudinário localmente observado, permite uma mulher ( mãe ) ser mambo interinamente enquanto aguarda pela maturidade do seu filho herdeiro mas isso só podia acontecer caso o rei/mambo falecido não tivesse irmãos vivos. Na história tradicional africana, as filhas de chefes assumem papéis preponderantes apenas em contextos rituais específicos, as cerimónias de entronização dos Mwenemutapa e soberanos do Quiteve são alguns dos exemplos.

A intervenção dos médium parece ter sido muito importante na questão do reforço do poder político dos reis/ mambos. Até aos nossos dias na sociedade machanguense muitas pessoas ainda acreditam que os espíritos dos seus antepassados podem dialogar com eles recebendo deles conselhos ou referências às suas acções futuras.

---

<sup>65</sup> Silva, J.J. da.op.cit. pp. 71-2.

Por esta razão no empossamento de um novo mambo a figura do médium não faltava.

Deve-se recordar que a corte dos Nyamukuma se dispunha de um médium, cujos poderes parece terem sido ao longo dos tempos hereditários. A hereditariedade dos poderes desses médium permitia a manutenção do saber antigo e do conhecimento da árvore genealógica dos antigos reis/mambos pelos novos.

Ao rei/mambo se atribuíam poderes sobrenaturais, a sua figura era temida devido às práticas feiticeiras que acompanhavam às cerimónias da sua entronização<sup>66</sup>. O cemitério real que é o único na Machanga que se encontra dentro do pátio da residência do rei/mambo, julga-se que tem ou tinha uma função ideológica muito forte para uma comunidade que reserva para com os mortos um respeito especial ou medo. A.R. Moura ( 1986 ) observou que os cemitérios dos ndau são uma "mata virgem" e encontram-se afastados das suas residências e não os visitam receando perturbar o sossego dos mortos<sup>67</sup>.

De acordo com Rita-Ferreira ( 1958 ), as cerimónias fúnebres dos Ndau são caracterizadas por uma série de tabus em que no coval rectangular abre-se no seu fundo uma cavidade lateral em forma de uma gaveta onde se deposita o morto de um dos lados com a cabeça virada para a nascente ou poente conforme é o seu nome totémico juntamente com os instrumentos que mais usava em vida incluindo um recipiente com água e algum cereal<sup>68</sup>.

É curioso notar aqui que depois da pessoa morrer o seu nome clânico/ mutupo<sup>69</sup> podia ser mencionado em público no acto das celebrações fúnebres e também na cerimónia de evocação dos espíritos que acontece normalmente no ritual aos

---

<sup>66</sup> Idem p.165.

<sup>67</sup> Moura, A. R. op. cit. p.55-7.

<sup>68</sup> Rita-Ferreira, A.. *Agrupamento* ...op.cit. p.49.

<sup>69</sup> É prática entre os habitantes da Machanga mesmo do vizinho Mambone omitirem os seus nomes clânicos com receio de facilmente serem enfeitizados ou amaldiçoados. (Informação obtida numa conversa informal com uma professora primária natural de Mambone).

antepassados chamado "Mbamba/Mpahlo sem receio de acções maléficis dos feiticeiros.

Com este cerimonial fúnebre, segundo alguns informantes, acreditava-se que o morto continuava através do seu espírito a realizar os afazeres que fazia em vida, sendo ainda hoje muito frequente na Machanga acreditar-se nos fantasmas que deambulam à noite em toda a parte mas com maior incidência nos cemitérios ou nas suas anteriores casas ou dos seus familiares. Esta é a razão do porquê os cemitérios comuns encontram-se distantes das residências e são matas virgens nas quais não se faz nenhuma espécie de limpeza<sup>70</sup>.

Todo o esforço ideológico exercido pelos tabus ou através de práticas mágico-religiosas tinham como fim a legitimação do poder político da aristocracia Nyamukuma e a garantia da estabilidade social e uso racional dos recursos. Por exemplo, há lagoas na Machanga nas quais não se pesca senão em épocas de grande estiagem e mesmo assim, com a autorização do mambo que na ocasião orienta uma cerimónia de carácter mágico-religiosa [mpahlo]. Outras, há, como por exemplo a lagoa de Nyambande onde se purificam os actos considerados de agouro para a sociedade como por exemplo, nascimentos de bebés defeituosos.

Portanto, a obediência que as populações tinham dos mambos Nyamukuma, julgamos que estava de certa forma associada a esta carga ideológica a elas exercida. Há uma informação, também baseada na tradição oral, que associam os mambos ao consumo da carne de leões para serem mais poderosos e respeitados.

Timóteo Mabessa Simango ao falar das cerimónias que antecederiam a entronização de um novo rei/mambo na Machanga, disse:

---

<sup>70</sup> Chamam de "Guila", o fantasma que regra geral apresenta-se à noite sob forma de fogo ou pirilampo, cuja existência, é muito acreditada na comunidade machanguense que ao introduzir-se dentro de uma casa familiar o sinal da sua presença diz-se que é o barulho que provoca com os pratos

"Ninguém sabia ao certo o que o novo mambo fazia durante muito tempo fechado numa casa onde também se encontravam seus familiares e o curandeiro antes de ser mostrado ao povo que o esperava cá fora para aclamá-lo novo mambo, mas dizia-se que ele estava sendo tratado para ser poderoso e respeitado"<sup>71</sup>

João Julião da Silva ( 1844) reporta as peculiaridades observadas na corte do reino Quiteve no acto da entronização de um novo rei , segundo ele, eram solicitados todos os grandes do reino para uma cerimónia para a qual uma forte carga ideológica era posta à prova das populações presentes como a morte do "Tate"<sup>72</sup> a facada para com o seu sangue lavar os tambores do rei, a prática do incesto, a mistura do suco extraído de corpos humanos em putrefacção com alimentos que era depois ministrada ao rei.

Estamos em crer que na Machanga, se os Nyamukuma no presente, não pratiquem este costume, outrora praticaram algumas das suas partes atendendo ao facto dos seus antecessores terem sido conhecedores profundos das tradições observadas na corte do Quiteve onde inclusivamente chegaram a servir como educadores dos príncipes<sup>73</sup>.

Alguns entrevistados não sabem explicar com pormenor o mito existente em torno do tambor do mambo, que no séc. XVI, no Quiteve, pela ocasião da entronização de um novo rei era regado com o sangue humano mas confirmam que o mambo tinha e tem ainda hoje o tambor através do qual se comunicava com os outros mambos e Nyamasangos distantes.

Porém, entre as práticas antigas em que a poderosa força ideológica tinha um papel importante na estabilidade política e social dos Nyamukuma continua sendo a crença do poder dos mambos sobre a chuva. Este poder mágico não era de pertença

---

e outros utensílios da cozinha. Informação obtida através de várias conversas informais. Ver também, Moura, A. R., op. cit. pp.55-7.

<sup>71</sup> Entrevista, Timóteo Mabessa Simango op. cit.

<sup>72</sup> O *Tate* era segundo João Julião da Silva, um fiador dos reis, no tempo de interregno ele e juntamente com duas rainhas do reino Quiteve conduziam os destinos do estado até a coroação do novo rei. Ver. Silva, J.J. da. op.cit.p.76. ; Santos, F.J.dos. op. cit. p.93.

<sup>73</sup> Serra, C., *Para a História da Arte Militar* ...op.cit. pp. 78-9.

exclusiva dos Nyamukuma. Também nos escalões mais baixos dos Nyamasangos havia homens que se intitulavam mágicos e a eles também se solicitava a chuva.

Porém, ao nível mais alto da falta da chuva eles enviavam os seus representantes ao "Mujakanja" [Munjanganja] um mágico das terras de "Umsilizwe" [Mussurize?] referido por J.K.Rennie(1984), citando uma fonte oral, como tendo sido solicitado pelo Ngunguyane na sua capital em Dongonda num desses anos de grande estiagem<sup>74</sup>.

A acção dos mágicos fazedores da chuva, observa J.K.Rennie (1984), é frequentemente referida nas lendas africanas e o mito tem exercido um forte papel ideológico nas estruturas políticas de tipo aldeão. Na Machanga os Nyazariro diziam também possuir este poder, mas o exerciam a pedido dos Nyamukuma e no caso em que não conseguissem fazer chover, enviavam uma delegação de peregrinos para Mujakanja [Munjanganja] ao qual rogavam a chuva<sup>75</sup>.

Importa referir que na Machanga, antes da Independência Nacional havia dois tipos de cerimónias da chuva que a população celebrava. O primeiro chamava-se "Mapango" e o segundo "Mateka"<sup>76</sup>. Porém, a peregrinação para a terra de Munjakanja [Munjanganja] tinha muito crédito entre os habitantes da Machanga nos anos de grande seca.

Pensa-se que na década 80 do século passado onde a seca se abateu sobre a região de uma forma muito particular, as autoridades tradicionais ensaiaram a ida ao

---

<sup>74</sup> Rennie, J.K. op. cit. pp.186-7.

<sup>75</sup> Idem. p.187

<sup>76</sup> Mapango era um ritual também ligado à chuva porém, parecia mais ligado ao ritual dos espíritos que se fazia pelo amadurecimento das culturas, antes do qual, ninguém podia consumir nenhum produto da Machamba. Esta cerimónia decorria em cada ladeia sob direcção do respectivo Nyamassango. Mateka era um ritual essencialmente para evocar a chuva e envolvia todas as aldeias dos nyamassangos e realizava-se no período das sementeiras ou coincidentemente de chuva, daí que quando esse ano, fosse de chuva, e chovesse ficavam satisfeitos e acreditavam nos efeitos das preces feitas aos seus antepassados e ao [Munjanganja]. Regra geral a cerimónia da Mateka realizava-se na residência do Nyamukuma porém, pelo reconhecimento dos Nyazariros como

Munjakanja [Munjanganja] mas devido à guerra isso não aconteceu. Segundo parece, como muitos mágicos, Munjakanja [Munjanganja] tinha poderes hereditários daí que até hoje muitos acreditam na sua existência. J.K.Rennie ( 1984 ) sobre esta lendária figura mitológica escreveu:

"O poder de Munjakanja é também recordado quando Ngungunyane enviou-lhe uma força para lhe levar na marcha para Bilene. Quando os soldados tentaram disparar-lhe , ao invés de saírem balas saía água. Esta história mitológica sobreviveu no vale do Limpopo para onde a capital do estado foi transferido com cerca de 60.000 a 100.000 soldados ndaus e suas famílias (...) e o culto foi aproveitado como alguma coisa do poder nguni<sup>77</sup>.

Nyazariro não é um título dinástico, é a designação que se dá ao Nyamasango da área de Zariro e de acordo com a tradição, era um grande mágico emigrante associado ao grupo clânico Tivane que devido as suas qualidades do poder sobre a chuva foi-lhe cedido uma terra chamada Zariro ( que significa terra pantanosa) pelos Nyamukuma para administrar. Portanto, chamavam-se Nyazariros pelo facto de viverem e administrar a área de Zariro. Os outros Nyamassangos tomaram designações das terras que governavam pelas mesmas razões.

Aqui estão alguns exemplos: Nyazivava ( nyamassango da área de Zivava ), Nyadorowe ( Nyamassango de Dorowe) Nyaxiwiri ( Nyamassango de Xiwiri, área novamente designada "Beia-Peia" ).<sup>78</sup> Os Nyamukuma por residirem no Zimbahoe também eram chamados Nyazimbahoe.

---

mágicos, eles podiam também na sua casa dirigir esta cerimónia. Entrevista, Agostinho Manduze Chiteve. op.cit.

<sup>77</sup> Rennie, J.K. op. cit. p. 187.

<sup>78</sup> Parece que o nome de Beia-Peia foi substituído por nome de Xiwiri no contexto de novas criações de pequenas chefaturas pelas autoridades coloniais portuguesas. Após a independência, o anterior nome foi recuperado. Entrevista, Paulo Mucuada Sangulo Muchanga , Outubro de 1999. Na relação dos antigos régulos supostamente súbditos ao governo de Sofala apresentada em 1876, não se faz menção da Machanga , confirmando que na região nesta altura encontrava-se sob controlo directo de Muzila e que a presença permanente dos vatuas na Machanga reportada em 1867 ainda era uma realidade que impedia qualquer tentativa portuguesa de aí exercer a sua influência. Ver: Fundo do Séc. XIX- Governo do distrito de Sofala . M3(3), cx1 Ano 1876, A.H.M.

### III. CAPÍTULO: Machanga entre 1811 e 1835

#### 3.1. Introdução

Nesta parte iremos falar da presença dos portugueses na Machanga abordando as motivações e o significado da primeira conquista militar da Machanga pelo governador português, António José de Ruxleben, em 1811.

Focalizaremos mais as razões económicas que políticas na marcha do governador colonial António José de Ruxleben sobre a região pois, as políticas julgamos terem se verificado mais tarde, precisamente após a realização da Conferência de Berlim entre 1884/85.

Examinaremos também o sistema de defesa local antes da conquista a fim de percebermos a dimensão da resistência dos habitantes da Machanga .

#### 3.2. Primeira Tentativa Militar Portuguesa de Conquista da Região

##### 3. 2.1. Razões e o alcance da Conquista Militar Portuguesa

Julgamos que as razões que estiveram detrás da marcha militar sobre Machanga conduzida pelo governador português António José de Ruxleben em 1811 prendem-se com a necessidade de tornar livre a circulação dos mercadores portugueses pelos sertões. A livre circulação era necessária para o comércio de escravos e certamente também para o de marfim<sup>79</sup>.

O processo que culminou com a primeira tentativa de conquista da Machanga por António José de Ruxleben, o único governador que havia passado pela Sofala nessa

---

<sup>79</sup> Liesegang, G.J. *Sofala...* op. cit. p.30.



altura com um acentuado espectro militarista, parece remontar ao ano de 1744<sup>80</sup> quando o rei Nembire de Quiteve cedeu terras de Bandire ao governo de Sofala para ali estabelecer uma feira do comércio do ouro. Importa referir-se que este estabelecimento desde o início, foi alvo de contenda entre os portugueses aí residentes com os outros chefes quiteves, sendo o seu abandono definitivo ter se verificado em 1835 com o ataque das tropas de N'qaba onde entre os portugueses registou-se a baixa de 6 soldados<sup>81</sup>.

Podia até ser pacífico dizer-se que a história da conquista da Machanga pelos portugueses, até certo ponto, está associada à história da conquista dos sertões do reino do Quiteve por António José de Ruxleben. Não sendo nossa intenção de se fazer aqui um estudo particularizado deste reino, pelo facto de não constituir o objecto deste trabalho mas porém, por existir indícios que nos mostram que no passado nas duas zonas se registaram sínteses culturais que acabaram se influenciando mutuamente, somos levados a inferir-nos sobre alguns dos aspectos do seu passado visando compreendermos o processo que deu origem a primeira marcha militar portuguesa contra o território da Machanga em 1811.

Podemos assim considerar importante, ainda que de forma muito superficial, recuarmos alguns séculos atrás e falarmos um pouco da história deste reino.

O reino Quiteve compreendia uma extensa área que indo das terras do alto Quiteve terminava nas de Baixo até as desembocaduras do rio Búzi, sendo o seu extremo a leste limitado, para além de outras terras, pela Machanga e pelo mar.

De acordo com J.J da Silva ( 1844 ), nos princípios do reino Quiteve, a família real se achava dividida por muitos ramos sendo : Tica, Mucángua, Ximbia, Bandiranhe e Xijungurucua. Esta família estava distribuída à proporção do reino em cinco partes

---

<sup>80</sup> Silva, J.J.da. op.cit. p.70.

<sup>81</sup> Idem. p.73. e Liesegang, G.J., Nguni Migrations Between Delagoa Bay and Zambezi, 1821-1839. In: *African Studies*, Vol.III, n° 2, 1970. p.326 .

e, as lutas de sucessão no seio dela era uma característica dominante, pois cada um dos ramos reivindicava o trono<sup>82</sup>.

Foi no contexto de lutas interdinásticas que os portugueses conseguiram algumas concessões territoriais aliando-se a este e aquele príncipe nas suas frequentes disputas pelo trono.

De facto, a concessão da feira de Bandire e de outras terras aos portugueses encerra-se neste quadro político do reino Quiteve.

De qualquer modo, Machanga, apesar de se localizar na foz do rio Save e banhada pelo oceano Índico e portanto, de fácil acesso para os mercadores portugueses vindos da povoação de Sofala, não há notícias anteriores ao ano de 1811 deles terem seriamente interferido nos assuntos particulares da região, embora a necessidade houvesse, face ao bloqueio permanentemente imposto aos mercadores portugueses em trânsito no seu interior pelos chefes locais.

A presença efectiva portuguesa na Machanga iria acontecer mais tarde, através da acção da Companhia de Moçambique criada em 1888<sup>83</sup>, mas mesmo assim, sabe-se que antes da derrota de Ngungunyane e do fim do estado nguni de Gaza em 1895 a acção desta Companhia era ofuscada pela presença anual dos impis ngunis que exigiam o pagamento do tributo nos seus anteriores domínios apesar da concordata (modus-vivendi) assumida por ambas partes em 1893. Segundo este modus-vivendi, em todos os postos administrativos da Companhia deveriam estar estacionados dois ngunis com 10 guerreiros jovens (mufanas) que seriam rendidos anualmente. Também ficou acordado que metade do imposto de palhota a cobrar, que seria 2\$250 reverteria em favor de Ngungunyane<sup>84</sup>. Porém, quando a companhia se preparava para pagar a primeira prestação, em 1895, foi impedida pelo comissário régio António Enes face ao rumo dos acontecimentos no sul do Save.

---

<sup>82</sup> Silva, J.J.da. op. cit. p.71.

<sup>83</sup> Revista de Manica e Sofala nº 2. p. 16.

<sup>84</sup> Cruz, Miguel J. da. *História da Formação...* op.cit.pp. 99-114.

A ocupação da região acontecida tardiamente não porque ela não fosse antes, um assunto importante para os domínios portugueses mas porque os nativos de todos os "sertões", eram suficientemente fortes para defenderem as suas independências.<sup>85</sup> A acção do Zinga, herdeiro do falecido rei Quiteve, Bandiranhe, em 1809 prova-nos isso.

Neste ano, aproveitando-se da reivindicação portuguesa dos territórios reconquistados de Bandire, Mandeve e Marope condicionou a sua devolução ao pagamento do "Binzo"<sup>86</sup> que iria custear as despesas da sua coroação segundo a antiga tradição, em que neste tipo de cerimónias as autoridades portuguesas de Sofala eram obrigadas a enviar uma guarda militar. A não satisfação do seu desejo, Zinga ameaçava reduzir as possessões portuguesas aos limites da vila<sup>87</sup>.

Julga-se que as operações e iniciativas militares de António José de Ruxleben não teriam tido lugar com sucesso que tiveram se ele não tivesse recebido o reforço militar solicitado à Ilha de Moçambique, pois a povoação encontrava-se quase desguarnecida, com poucos soldados e munições numa época em que a ameaça das outras potências coloniais como a França constituíam um sério perigo para a soberania portuguesa no Índico<sup>88</sup>.

---

<sup>85</sup> Liesegang, G J. *Vassalagem ou Tratado de Amizade? História do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza.* Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos nº 2, 1986, p. 7.

<sup>86</sup> Em mercê aos préstimos recebidos dos portugueses como; uma guarda pessoal residente na corte, mais conhecida por guarda do Zimbabwe, constituída por uma companhia de soldados, capelão e capitão mor, o Mwenemutapa reinante nos primeiros anos da presença portuguesa na vila de Sofala, ordenou a todos os grandes do seu estado que enviassem todos os anos, toda a produção não agrícola a Sena e a Sofala e em troca os governos destas feitorias retribuía com fazendas constituídas de entre outros produtos; tecidos. A estas fazendas chamavam-se "Binzo", entretanto a observância deste costume foi abolido pelo governador João António de Sequeira em 1754. Ver: Silva, J.J. da op.cit. p.70.

<sup>87</sup> *Ibid.*

<sup>88</sup> Montez, Caetano Carvalho. *Apontamentos Para Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses- Praça de S. Caetano de Sofala.* Lourenço Marques: Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique, 1965. p.11.

Foram assim enviados da Ilha de Moçambique, julgamos por esta principal razão, 70 soldados e algumas armas para reforçar a força já existente.

Foi sem dúvidas com parte deste reforço, que por volta de 1810 António José de Ruxleben decidiu organizar expedições contra o rei Zinga <sup>89</sup>.

Na sequência da derrota e fuga de Zinga em 1810, o governador António José de Ruxleben, ganhou uma grande autoconfiança e marchou também contra os outros chefes dos sertões vizinhos como: Mandeve, Muzuva, Ussingue, Marope, Xengue, Ampara, Bándua, Fusse Matandonho e no ano de 1811 contra o Régulo Chirúngo<sup>90</sup> [sic: Chicungo=Chikhugo] Tundava, régulo da Machanga<sup>91</sup>. Porém, a longo prazo estas conquistas não tiveram o impacto desejado e novamente estas regiões se tornaram livres como antes estavam.

Num processo que inicia com o primeiro ataque da povoação de Sofala em 1835 pelas forças de N'qaba, no ano de 1841, o Joromo (filho do Zinga e neto de Bandiranhe) mais conhecido por Muqueva, com o apoio dos nguni de Muzila, filho do rei Sochangane, expulsou os portugueses daquelas terras cumprindo a promessa feita pelo seu pai de aproximadamente três décadas antes, a de reduzir os domínios portugueses aos limites mínimos de Sofala<sup>92</sup>.

Todavia, a marcha sobre Machanga e o seu Régulo não foi bem tão sucedida como deve ter acontecido nos outros sertões cujos chefes depois da sua derrota foram substituídos pelos novos. Chikhugo manteve-se e foi confirmado depois da vassalagem<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> Silva, J.J.da. op. cit. 74p. Ver também Liesegang, G.J. *Sofala...* op. cit. p.30.

<sup>90</sup> Julgamos que a grafia de Chirúngo possa derivar do erro do copiadador que leu trocando o "r" por "c", de facto, o nome de Chikhugo é referido no séc XIX como regente da Machanga. Vid. Rennie, J.K. op. cit. p.169.

<sup>91</sup> Silva, J.J.da. op.cit. p.74.

<sup>92</sup> *Ibd.*

<sup>93</sup> *Idem.* p.54.

Na sequência da retirada do governador António José de Ruxleben adoecido para Sofala em 1811 e pouco tempo depois da sua morte em 1814 Machanga voltou a situação de independência como anteriormente estava<sup>94</sup>.

### 3.3. . Apetrechos Militares e o Sistema de Defesa Local

Não há notícia da estratégia de comando militar bem organizada utilizada pelos habitantes da Machanga antes da região estar incorporada ao estado nguni de Gaza no séc XIX.

Antes deste período as armas de guerra locais, resumiam-se em simples flechas e arcos e o exército propriamente dito não existia. Todos homens válidos possuíam estes apetrechos que deles serviam comumente tanto para a caça como para sua auto-defesa.

Não existiam mobilizações permanentes, mas sim homens dispersos pelas aldeias e ocupados com as suas actividades diárias de subsistência ao contrário do sistema de defesa nguni que comportava companhias, pelotões e secções ou seja, um corpo de homens concentrados e organizados num lugar cuja função era apenas de fazer a guerra.

Portanto, se alguma vez houvera na Machanga um exército com uma estrutura e estratégia militares bem constituídas, o facto deveu-se à incorporação dos jovens nativos aos regimentos nguni no séc XIX.

Todavia, sabe-se da existência de exércitos permanentes que não ultrapassavam as centenas nos reinos Madanda e Quiteve onde neste último, ultimamente Machanga fazia parte integrante. É possível que alguns homens dos territórios súbditos mais distantes das capitais destes reinos tivessem feito parte das guardas reais dos

---

<sup>94</sup> Idem. p.74.

Nhyamunda da Madanda ou do Quiteve mas, o mais certo é que, pelo menos na Machanga, julgamos que o exército antes da chegada dos nguni não existia.

Antes certas mobilizações esporádicas de homens podiam acontecer conforme eram as demandas no que respeitava a segurança territorial e, ao som típico do tambor, todos os homens válidos com as suas armas tradicionais podiam concentrar-se na residência do rei/Mambo<sup>95</sup>.

Na tradição oral, fala-se da valentia dos homens que saídos da Machanga combateram nas terras Chopes do Sul ao lado das tropas de Ngungunyane<sup>96</sup>. A ida de tropas partindo da Machanga para combater no Sul ao lado de Ngungunyane está documentada nos relatórios portugueses do séc XIX e segundo M.J da Cruz ( 1982) em 1895 o chefe Chikhugo enviou dinheiro e guerreiros para Mandhlakazi em solidariedade com Ngungunyane em guerra contra os portugueses<sup>97</sup>.

A valentia dos ndau na guerra contra os Chopes, ostentada pela tradição oral<sup>98</sup>, atesta a notícia que Rita Ferreira ( 1975 ) se refere, quanto aos fins e objectivos de Ngungunyane ao deslocar, na altura da transferência da sua capital para o vale do Limpopo, milhares dos "Vandaus" válidos e suas famílias, grosso modo, originários de Mussurize e provavelmente, também alguns naturais da Machanga<sup>99</sup>. Cujo objectivo era através deles conquistar outros povos do sul tal como o seu avô e pai fizeram deslocando os Tsongas do sul para conquistar as populações do norte do Save.

A ser verdade esta informação oral, podemos concluir que, o que existia por volta de 1885-1895 eram jovens ou adultos naturais da Machanga incorporados no sistema militar nguni e não propriamente um exército antes constituído com fins de defender o território.

---

<sup>95</sup> Entrevista, Timóteo Mabessa Simango, op. cit.

<sup>96</sup> Luís Mangate Bill Mapossa, entrevista, Setembro, 1998.

<sup>97</sup> Cruz, M. j. da ...op. cit. p.114.

<sup>98</sup> Entrevista, Timóteo... op. cit.

A incorporação de jovens naturais aos regimentos ngunis baseados na Machanga é retratada num dos relatórios portugueses do séc. XIX que se refere a um tal Ganga, chefe dos ngunis residentes na Machanga que em 1867 enviou uma embaixada para a Ilha de Chiloane para negociar a paz e relações de amizade com o governo de Sofala<sup>100</sup>.

Portanto, podemos concluir que no contexto de organização aldeã Machanga estava muito longe de possuir uma força militar especializada para a defesa da soberania da região quando foi atacada por António José de Ruxleben em 1811. A fácil mobilização de homens em situações de guerra, decorria do facto dos aldeões acharem a sua defesa e de suas famílias uma necessidade se considerarmos a natureza cruel com que se caracterizavam as acções militares da época do tipo tribal em que do inimigo nada se escapava<sup>101</sup>.

Ora, o que nós temos estado a dizer não é que não tivesse havido um mínimo de organização do tipo aldeão para a defesa do território caso este fosse invadido, mas sim, duvidamos de ter havido na Machanga na altura da sua conquista pelo António José de Ruxleben em 1811 um exército treinado e concentrado num lugar ao exemplo dos regimentos ngunis.

Ainda que possamos admitir que com os nguni, os homens válidos que não escaparam ao recrutamento sistemático daqueles primeiros, aprenderam a arte militar, porém, no período em estudo, é impensável supor que na Machanga já se conhecesse a estratégia nguni de ataque à meia lua e já se usasse as armas mais mortíferas que os seus tradicionais arcos e flechas.

---

<sup>99</sup> Rita-Ferreira, A. *Pequena História...* op.cit. p.79 .

<sup>100</sup> A presença permanente de um corpo nguni, no território da Machanga encontra-se aludida na proposta de paz apresentada pelos vátuas residentes na Machanga em 1867. Vid. *Fundo do séc XIX- Governo de Sofala. M2 Cx1, 1867.op.cit.*

Embora o arco e a flecha fossem as armas principais usadas pelos nativos estamos em crer que pelo menos uma ou duas armas de fogo foram empregues em confrontos com os portugueses a julgar pela divulgação do conhecimento e uso delas pelos povos karangas desde o séc XVIII<sup>102</sup>

#### IV CAPÍTULO: A Presença Nguni na Machanga

##### 4.1. Introdução

Neste capítulo iremos abordar aspectos políticos e sociais que caracterizaram a sociedade machanguense com o advento das populações falantes da língua Nguni ao norte do rio Save que pela primeira vez uniram os três vales ( Limpopo, Save e Zambeze) num único estado verdadeiramente centralizado.

Tentaremos descrever, ainda que seja de forma muito superficial, a história dinástica nguni com principal enfoque aos principais móbis da saída da sua terra natal, a Zululândia, para o norte.

Os impactos político-sociais que advieram da sua presença no espaço territorial da Machanga serão outros assuntos que também irão ser afluídos neste capítulo. Com a abordagem destes assuntos esperamos demonstrar que a presença nguni na Machanga foi caracterizada por um grande terror e originou novas identidades clánicas entre os seus habitantes.

---

<sup>101</sup> F.J.dos Santos , observou por exemplo que os Zimbab, uma antiga tribo do vale do Zambeze , no século XVI tinham por hábito comer a carne das suas vítimas de Guerra. Santos, F.J.dos. op.cit. p.229.

<sup>102</sup> A relevância do uso de armas de fogo por povos karangas a partir de 1700 é testemunhado por.: Rita-Ferrera.. A. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa, Instituto de



#### 4. 2. Breves referências à história dinástica e migratória nguni

As razões que levaram vários grupos ngunis a decidirem pela expansão, deixando a sua terra natal, a Zululândia, em direcção ao norte enquadraram-se no que historicamente ficou conhecido por "movimento *m'fecane*", no qual diferentes chefias ngunis acompanhadas de seus parentes e seguidores emigraram em busca de melhores pastos para as suas manadas e terras férteis para a prática da agricultura<sup>103</sup>.

Antes da sua emigração e fixação nas terras de Tembe, sul de Moçambique, nos anos 1820s, os ngunis encontravam-se organizados em grupos linhageiros que desde muito cedo haviam completado a actividade agrícola com o artesanato e o comércio. Eles viviam tradicionalmente em pequenas chefias cuja importância linhageira dependia do tamanho das mandas de que se dispunha<sup>104</sup>.

Entretanto, em finais do séc. XVIII, ocorreram na Zululândia grandes transformações ecológicas modificando o seu anterior modo de vida. Este período que caracterizou-se por uma prolongada seca e por lutas pelo controlo de recursos entre diferentes chefias ngunis ficou conhecido por "Mahlatule"<sup>105</sup>. É de recordar que foram estas transformações que estiveram na base da elaboração de grupos divididos em conformidade com as idades<sup>106</sup>.

Muitos investigadores vêem neste tipo de organização o meio possível e estratégico que as chefias ngunis encontraram para eficazmente controlar além das reservas económicas, os recursos humanos e de incorporar os povos conquistados no tecido do seu próprio Estado<sup>107</sup>.

---

Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos nº142, 198. p.68.

<sup>103</sup> Serra, Carlos. ( coord. ), *História de Moçambique* ....op. cit. pp.107-9.

<sup>104</sup> Newitt, M. *História de Moçambique*. Mira-Sinta: Europa- América, 1997. p.238.

<sup>105</sup> *Ibd.*

<sup>106</sup> *Ibd.*

<sup>107</sup> *Ibd.*

Admite-se a hipótese de terem sido os Ndwandwe, os Suázis e os Mthetwa/Zulu os primeiros a organizarem este tipo de chefias de carácter bélico. E segundo Rita-Ferreira ( 1975 ), foram dois os grupos ngunis chefiados respectivamente por Ngwana Maseko e N'qaba ou Nxaba que após a derrota dos Ndwandwe entre 1820/21, primeiro iniciaram a migração para o norte e, tendo eles atravessado a parte do Transval alcançaram o planalto do Zimbabwe entre 1826/7<sup>108</sup>.

Sabe-se que os dois grupos mais tarde se separaram, Ngwana e seus seguidores estabeleceram-se entre os karangas do actual Zimbabwe e enquanto o N'qaba cuja rota ainda é difícil de traçar viria ocupar a área entre os rios Save e Revue por volta de 1827-1830<sup>109</sup>.

Das várias chefias ngunis que optaram por migração depois das derrotas sofridas por Zwide ( 1820/21) na célebre batalha ocorrida no rio Mhlatuze e por seu filho e sucessor Sicunyane em 1826 ( derrota definitiva dos Ndwandwe ), apontam-se cinco, à cabeça das quais encontravam-se o N'qaba ou Nxaba, Ngwana Maseko, Zwangendaba, Mzilikaze e Sochangane<sup>110</sup>. Alguns autores consideram Mzilikaze como aliado do Tshaka e sua retirada de Natal não foi consequência da derrota de Zwide inimigo de Tshaka<sup>111</sup>.

Se bem que vários investigadores estejam de acordo com a direcção norte tomada por estas hostes, permanecem ainda divergências quanto ao ponto a partir do qual, elas se separaram<sup>112</sup>. De acordo com Rita-Ferreira ( 1975 ) o Sochangane e Zwangendaba partiram em simultâneo da Zululândia e em simultâneo chegaram ao país Venda donde tomaram sentidos opostos.

---

<sup>108</sup> Rita-Ferreira. A. *Pequena História...* op. cit. p.67 e Newitt, M. op. cit. p.238.

<sup>109</sup> Rita-Ferreira. *Pequena História...* op. cit. p.67.

<sup>110</sup> Idem, pp.63-8.

<sup>111</sup> Rita-Ferreira. A. *Povos de Moçambique...* op.cit. p.273. Ver também Rita-Ferreira., *Pequena História...* op. cit. p 67.

<sup>112</sup> Liesegang, G. J., *Nguni Migrations...* op.cit. p.319.

Algumas hipóteses que também são apresentadas pelos investigadores apontam que Soshangane, Zwanguendaba e N'qaba quando saíram da Zululândia ou do país Venda permaneceram algum tempo juntos nas terras do Tembe donde estes dois últimos, desentendendo-se com Sochangane, parece terem seguido para o norte, o segundo preferiu o território nacional que tendo atravessado o rio Save, conquistou as terras das antigas chefias do reino Madanda, Quissanga e, em 1830 devastou as terras do Quiteve<sup>113</sup>.

E o Zwanguendaba, penetrando através do território do actual Zimbábwe, passou perseguindo as pegadas do fugitivo Ngwana Maseko que tendo este se juntado às forças do N'qaba na serra da Gorongosa, juntos infligiram uma pesada derrota as hostes de Zwanguendaba que se viram obrigadas a atravessar o rio Zambeze no mês de Novembro de 1835, época que coincidiu com a passagem do Eclipse do Sol<sup>114</sup>.

M. Newitt, ( 1997 ) defende a ideia de que N'qaba e Ngwana ao abandonarem a sua terra natal dirigiram-se directamente para o planalto do Zimbábwe. Entretanto, apenas Ngwana se interessou pelo território, acabando por se estabelecer entre os karanga. O N'qaba rumou para o sul de Moçambique onde com algum reforço mediante a incorporação dos Tsongas, atacou Inhambane em 1834 e sempre usando a tática do Tchaka na Zululândia, também usada por Sochangane mais conhecida por "mabuyundlela"<sup>115</sup> movendo povos conquistados para com eles conquistar outros, moveu os Tsongas para conquistar os Ndaus de Quissanga chamados por João Julião da Silva ( 1844 ) "Mataos" que por sua vez depois de os ter armado ao estilo Nguni ( zagaia de cabo curto e um grande escudo de pele de bovino ), serviu-se deles para também devastar as terras do Quiteve em 1831<sup>116</sup>.

G.J. Liesegang ( 1975 ) descreve duas tradições orais colhidas entre os Masekos do sul de Malawe algo contraditório das rotas apresentadas por alguns autores como

<sup>113</sup> Rita- Ferreira.A. *Pequena História...* op. cit. p.67.e Newitt, M., op. cit. p.239.

<sup>114</sup> Rita- Ferreira.. *Pequena História...* op.cit p. 64. Ver também, Liesegang, G.J. *Nguni Migrations...* op.cit. p.320

<sup>115</sup> Cruz, Miguel J. da... op.cit. p.65.

Rita Ferreira ( 1975 ) relativamente a estes dois emigrantes nguni<sup>117</sup>. Com base nestas tradições a trajectória seguida por Ngwana Maseko foi mais fácil de descrever que aquela que seguiu o N'qaba<sup>118</sup>.

Segundo Liesegang ( 1970 ), há mais evidências da rota seguida por Ngwana Maseko que por N'qaba. Este grupo dos Masekos ao deixar a sua terra natal atravessou o território Venda no norte de Transval e depois de passar da actual Fort Victoria dirigiu-se para o território Mbire ao sudeste de Harare. No mesmo tempo o grupo dirigido por Nq'aba cuja rota é difícil de traçar, algo repentino, ocupava a área entre os rios Save e Revue<sup>119</sup>.

N'qaba, cuja dominação durou uma década ( 1827-1837 ), foi o primeiro no séc. XIX, na história de Moçambique, que conseguiu pôr em uma única autoridade representada por um estado centralizado, uma vasta extensão de território que ia desde o Zambeze ao Save e imposto um modelo administrativo e tributário que viria ser imitado mais tarde pelo estado nguni de Gaza de Sochongane<sup>120</sup>.

#### 4.3. Machanga e os Nguni em 1835

As primeiras referências da presença nguni na Machanga datam o ano de 1835 quando os portugueses em auxílio de um chefe local perderam 5 soldados<sup>121</sup>.

O Primeiro ataque nguni na zona foi da autoria das forças comandadas pelo N'qaba em 1835<sup>122</sup>, um concorrente de Sochangana na altura já estabelecido no vale do Limpopo.

---

<sup>116</sup> Rita- Ferreira.A. *Pequena História...*op.cit p.69.

<sup>117</sup> Liesegang, G.J. *Nguni Migrations...*op. cit. p.319.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Newitt, M., op. cit. p.241.

<sup>121</sup> Liesegang, G.J., *Nguni Migrations...*op. cit. p.326.

<sup>122</sup> Newitt, M. op. cit. p.241.

As devastações mais sérias da Machanga seriam responsabilizadas ao Muzila e ao Ngungunyane; filho e neto do Sochangane cujo domínio efectivo sobre os vales ( Zambeze, Save e Limpopo ) durou mais de 33 anos ( 1862-1895 )<sup>123</sup>.

Sochangane havia atravessado o rio Save em 1835 em perseguição do seu rival N'qaba que depois de o ter derrotado nas terras do actual Zimbabwe junto à fronteira com Moçambique, entre 1837/8 devastou de seguida os assentamentos portugueses de Sena e Sofala<sup>124</sup>. Entre 1838/9 ele voltou para o vale do Limpopo, a sua curta permanência no norte do Save de dois anos deveu-se à epidemia da varíola que dizimou os seus homens. Parece que foi depois da vitória sobre o N'qaba , que Sochangane passou a cognominar-se "Manukuse" <sup>125</sup>.

#### 4.4. Machanga e os Nguni, 1840/62-1889.

Do vale do Limpopo para onde Sochangane havia retornado, deve ter ordenado o seu filho Muzila para a reocupação e reorganização dos territórios a norte do rio Save, isto por volta de 1840<sup>126</sup>.

Se bem que um dos principais móbis das lutas incessantes entre as diferentes chefias ngunis na sua terra natal, resultaram de um prolongado período de seca ( *mahlutule* ), não é errado afirmar que nas terras conquistadas de Moçambique pouca prosperidade elas conseguiram pois, atravessando terras que ressentiam de uma grande estiagem restavam-lhes aplicar a força das armas, prática que elas traziam da sua terra natal, aterrorizando e pilhando as populações dominadas<sup>127</sup>.

Deste modo, a estrutura económica das populações dominadas ficou severamente afectada e os seus excedentes foram sujeitos a frequentes saques. A grande carência alimentar provocada por estas pilhagens obrigava as populações a encontrarem

---

<sup>123</sup> Ibid.

<sup>124</sup> Idem. p.239.

<sup>125</sup> Idem. p.241.

<sup>126</sup> Liesegang, G.J. *Nguni Migrations...* op. cit p.321.

outras formas de sobrevivência não muito comuns entre elas como, criar cães para o consumo<sup>128</sup>.

Se considerarmos certas, as informações a que nos tem chegado através da tradição oral, podemos acreditar que as pessoas na Machanga ainda guardam as más recordações do terror perpetrado pelos nguni no séc.XIX.

Há também referências de, na Machanga, os nguni terem penalizado com a morte as pessoas que eram acusadas de feiticeiras.

A testar pelas informações obtidas através da tradição oral parece ter havido na Machanga uma espécie de lei, sobretudo durante a regência de Ngungunyane, de proibir o consumo da carne de vaca pelas populações.

Segundo estas informações, era morto todo aquele que fosse encontrado a consumir carne de vaca<sup>129</sup>. Provavelmente a medida era para evitar que a reserva do Ngungunyane de aproximadamente 300 cabeças fosse atacada pelas populações despojadas das suas reservas alimentares<sup>130</sup>.

Quando em 1896 o Chikhugo foi preso e morto as manadas foram confiscadas pela Companhia de Moçambique como despojos de Guerra sob pretexto de pertencerem ao Ngungunyane<sup>131</sup>.

---

<sup>127</sup> Idem, pp. 238-9

<sup>128</sup> Rennie, J.K., op.cit.p.183. Em Rita-Ferreira (1975) aludem-se os saques cometidos pelos nguni entre as populações e das crueldades por eles praticadas contra os vandau aquando da transferência da capital de Gaza de Mussurize para Bilene no vale do Limpopo em 1889., por exemplo, o massacre de homens ndau e do cativo das respectivas famílias que se alimentavam apenas de raízes e frutos silvestres e viviam em toscos abrigos de capim, durante e depois da emigração para Bilene. Rita-Ferreira, A., *Povos de Moç...* op.cit. p.319.

<sup>129</sup> Entrevista, Timóteo Mabessa Simango . op. cit.

<sup>130</sup> Cruz, M.J. da .op. cit. p.115

<sup>131</sup> *Ibid.*

Enquanto isso, a estratégia encontrada pelas populações para evitar que fossem mortas, consistia em enterrar os restos ósseos dos animais que consumiam ou encontrarem refúgio nos lugares de difícil acesso como entre os riachos e nas ilhas<sup>132</sup>.

Os "tongas ou Matongas" (uma tribo marginal ao norte do Save, que ainda hoje pode ser vista nas regiões de Mussurize, Machaze [Mahlaze] e parte de Chibabava) tidos como inassimiláveis pelos nguni eram sempre sujeitos às represálias. No tempo da Companhia de Moçambique eles foram cedidos, por Ngungunyane às autoridades daquela Companhia ao abrigo do "Modus-vivendi", como mão-de-obra semi-escrava para abertura de estradas e para outros trabalhos mais pesados<sup>133</sup>.

Os idosos e crianças que não escapavam da chacina dos ngunis na Machanga, normalmente escondiam-se nos amontoados de capim das machambas<sup>134</sup> cenário que veio a repetir-se no século passado durante a guerra civil em Moçambique. Diz a tradição oral que, quando os nguni descobriram a estratégia, passaram a espetar com as suas mortíferas zagaias gritando, "Mahlaze" todos os amontoados de capim que fossem suspeitos de lá estarem pessoas escondidas e enquanto isso, as mães passavam a levar à cabeça os seus bebés em um tipo de cesto feito de palha chamada na língua local "xitengo" receiando que eles fossem descobertos e mortos pelos nguni<sup>135</sup>.

Na Machanga os nguni quase que esgotavam a população bovina pertencente às populações sempre quando aparecessem para exigir o tributo e ao mesmo tempo homens e mulheres eram levados como cativos de guerra<sup>136</sup>.

Os indivíduos de estatura baixa eram considerados inaptos para os seus regimentos e por isso, eram mortos quando fossem interpelados<sup>137</sup>.

---

<sup>132</sup> Newitt, M., op. cit. p.242.

<sup>133</sup> Cruz, Miguel, J. da., op. cit. p.313.

<sup>134</sup> Campos agrícolas

<sup>135</sup> Entrevista Júlia Kua João, Setembro, 1998.

#### 4.5. Implantação do sistema político-administrativo nguni na Machanga

É com certa frequência que se atribui ao N'qaba o modelo centralizador do estado tributário nguni que mais tarde viria a ser adoptado pelo estado de Gaza a norte do rio Save entre 1862 a 1889<sup>138</sup>.

Administrativamente, pela vastidão do território que integrava o estado nguni de Gaza, este encontrava-se dividido em áreas tributárias que de acordo com a sua importância política ou económica eram distribuídas pelos membros da família real ou pelos chefes militares mais proeminentes. Através destes chefes, cada uma das áreas administrativas cumpria as suas obrigações fiscais e políticas para com o poder central. M.J.da Cruz (1982) chamou a este sistema de administração de "casas reais ou aristocráticas"<sup>139</sup>. Um relatório de 1867, refere-se de um contingente nguni estabelecido na zona da Machanga de Nyaringue, o que se julga que a casa real na qual Machanga tributava era ali antes de se fixar onde hoje se encontra o Zimbaohe dos Nyamukuma na Machanga.<sup>140</sup> Parece ter sido a partir da Machanga, pelo menos na era do Ngunyanyane que partiam os regimentos nguni que fiscalizavam o pagamento do tributo nas terras como de Moribane, Buzi, Chiringoma e outras depois de terem feito o mesmo nas terras do Save<sup>141</sup>.

Miguel Joaquim da Cruz (1982) analisando a estrutura política do estado de Gaza, constatou que a classe dominante era formada pela junção da aristocracia conquistadora com elementos que podiam ser aristocratas ou não, das diversas comunidades étnicas e chefaturas subjugadas que teriam recebido o estatuto de nobreza na nova estrutura social estabelecida sobre a hegemonia nguni cuja função política fazia-o sob a supervisão dos "tindunas" agentes supervisores do estado que

<sup>136</sup> Rennie, J.K. op.cit.p.239 e Rita-Ferreira, A. *Povos de Moç...* op. cit.p.357.

<sup>137</sup> Informação obtida de conversas informais.

<sup>138</sup> Newitt, M. p.241.

<sup>139</sup> Cruz, M.J. da. op. cit. pp. 65-6.

<sup>140</sup> Fundo do Governo de Sofala séc XIX. M2, Cx1, 1867.

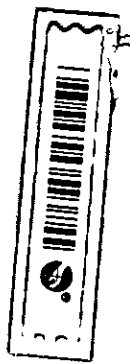
<sup>141</sup> Cruz, M. J. da. op. cit. pp.111-4.



na Machanga parece terem estado ultimamente misturados entre os nativos e os alguns elementos nguni ou tsonga angunizados<sup>142</sup>.

Não existem referências da destituição dos elementos da dinastia Nyamukuma como resultado da sua subjugação o que se supõe que a sua estrutura política foi integrada à estrutura central nguni e superintendida pelos "tindunas"<sup>143</sup>.

Os tindunas, na Machanga, funcionavam como uma estrutura supervisora do sistema administrativo exercido pelos Nyamukuma e eram muito respeitados ou temidos pelas populações como agentes principais do estado, principalmente durante a regência de Ngunguyane (1884-1889)<sup>144</sup> onde muitas aldeias foram arrasadas apenas porque um dos seus moradores era por eles acusado de prática de feitiçaria. "



A prática feiticeira era sempre confirmada por um médium que era para o efeito solicitado por parente do defunto a fim de se descobrir o causador da sua morte . O julgamento destes casos antes eram efectuados ao nível dos Nyamasangos e em última instância pelos representantes dos Nyamukuma . Porém, na era do estado de Gaza, eram os incosses ngunis que decidiam sobre o futuro dos acusados e segundo parece, as penas foram mais severas durante a regência do Ngunguyane<sup>145</sup>.

<sup>142</sup> Cruz, Miguel J. da., op.cit. p.313.

<sup>143</sup> Das informações colhidas no local sobre a presença nguni, chegamos a conclusão de que embora a região tivesse antes bons pastos, já referidos em 1835 por S.X.Botelho e água doce do rio Save e das várias lagoas, nunca esteve na mira do invasor nguni de aí estabelecer a sua capital frequentemente em mudança justamente devido às temperaturas altíssimas do verão acompanhadas de chuvas e inundações. Pelo facto, a autoridade nguni na região era exercida pelos tindunas na sua maioria de origem tsonga que através de casamentos ou outro tipo de alianças com membros aristocratas ou não deixaram evidências na Machanga como por exemplo a existência de nomes tsongas de Matavele, Simbine etc . Ver também fundo do século XIX, M2, cx1 já citado, que reporta a presença dos vátuas de Muzila na Machanga em 1867.

<sup>144</sup> Segundo João Guerra Muchanga , quando a Ngunguyane chegasse a informação da existência de um feiticeiro numa determinada zona ele enviava um regimento para massacrar todos os seus habitantes. Entrevista. op. cit.

<sup>145</sup> Entrevista, Pedro bapiro Gafuro op. cit.

O Ngungunyane deve ter apostado em eliminar no seu estado as práticas feiticeiras e mágicas. J.K.Rennie ( 1984 ) citando uma fonte oral reporta a morte de dois mágicos em Dongonda <sup>146</sup>.

“ As autoridades do estado Nguni de Gaza, num ano de grande seca em Dongonda ( na altura capital do estado ) decidiram chamar Mujaji a quem pensavam possuir o poder sobre a chuva. Mujaji depois de fracassar foi morto. Depois chamaram Chirenje, ele também fracassou e foi morto. Mais tarde chamaram Munjakanja[ Munjanganja ] na sua terra Umsilizwe [ Mussurize?] e quando ele chegou a Dongonda, contaram-lhe o que tinha acontecido com os anteriores mágicos. Então ele negou ter conhecimento sobre a chuva. A noite ele conseguiu fugir para o rio Chinika. E quando os soldados do Ngungunyane foram novamente a sua casa, ele saiu para fora de casa e sentou-se na ponta da sua lança mágica. Um dos enviados de Ngungunyane informou -lhe do sucedido tendo este ficado muito admirado e exigido ver o tipo de pessoas que podia sentar na ponta de uma lança. O Munjakanja começou depois a gabar-se perante o Ngungunyane enquanto sentava na ponta da sua lança dizendo, “você matou Mujaji e Chirenje mais nada, eu sou o fazedor da chuva”. E não muito tempo o céu ficou coberto de nuvens e a noite a chuva começou a cair e choveu durante três dias. O Ngungunyane disse-lhe para voltar para sua casa”<sup>147</sup>.

A acção dos tindunas como intermediários entre o poder local e o poder central do estado de Gaza parece ter chegado ao ponto mais crítico quando estes já se envolviam nas disputas pela sucessão na corte dos Nyamukuma como aludem os acontecimentos de 1877 apelidados pelos portugueses de "guerra entre os régulos"<sup>148</sup>

Quando em 1889, Ngungunyane decidiu transferir a sua capital de Mussurize para o Bilene no vale do Limpopo, com ele parece terem ido alguns dos vátuas residentes na Machanga e com outros tantos naturais, contudo, os habitantes da Machanga continuaram a tributar ao Ngungunyane na sua capital no Bilene, apesar da pressão exercida pela Companhia de Moçambique de ali estabelecer a sua autoridade colonial.

Pela ocasião da concentração de forças de toda nação Nguni em Mandhlakazi em 1894 para assinalar a festa nacional ( n'quaia) na qual estiveram representadas todas

<sup>146</sup> A mesma constatação é reportada em algumas correspondências recebidas dos residentes- chefes e emissários ao Mossurize, bem como vem expressa na proposta de Paz de Ganga ao governador de Sofala em 1867. Ver: A.H.M-Fundo do séc XIX Governo de Sofala M2(2) CX3., M1(14) CX3 e M2(6) CX3.

<sup>147</sup> Rennie J.K. op. cit. pp.186-7.

<sup>148</sup> Entrevista, João Guerra Muchanga, op. cit.

as terras súbditas ao estado de Gaza julgamos que foram delineadas as estratégias de futuras actuações dos comandantes e chefes de territórios no norte do Save face ao continuado atropelo do acordo "Modus-vivendi" pelas autoridades da Companhia<sup>149</sup>. E a julgar pela grande confiança que o Chikhugo granjeava no seio da classe dirigente nguni e do próprio Ngungunyane, se ele não esteve presente nesta cerimónia, de certeza, deve ter enviado o seu sobrinho Paculo.

Com a derrota de Ngungunyane em 1895 na batalha de Coolela em Mandhlakazi na qual julgamos terem estado alguns homens vindos da Machanga combatendo ao lado dos nguni, abriram-se as portas para a ocupação efectiva do antigo espaço territorial do estado de Gaza ao norte do Save pela Companhia de Moçambique e que na Machanga se completou com a prisão de Chikhugo em Fevereiro de 1896 e Mahuta em Dezembro do mesmo ano<sup>150</sup>.

#### 4.6. Impacto político-social da presença nguni na Machanga

Embora não haja nenhuma referência estatística de perca de vidas humanas, disponíveis nos nossos dias, estamos em crer pela violência em que são reportadas as incursões nguni, muitos dos elementos dos povos conquistados ou seja, tanto dos que habitualmente são designados ndau como dos outros territórios em que a presença nguni se fez sentir, foram mortos.

Na Machanga, uma das maiores chacinas das populações de que há memória deve ter acontecido em 1877 onde de uma única só vez deve ter morrido muita gente talvez às centenas<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> Newitt, M. . op. cit. p.335. Ver também as Revistas de Manica e Sofala, I série, nº 36, pp.136-7 .; nº 2 . p.137., e Rita-Ferreira, A ., *Pequena História de Moçambique Pré-colonial*. Lourenço Marques: Fundo de Turismo, 1975. p.81.

<sup>150</sup> Boletim da Companhia de Moçambique, nº 80, 1896.

<sup>151</sup> Apenas é uma estimativa, acreditando que tivesse havido mais perca de vidas humanas a testar pelo facto de existir no local um cemitério com o nome de "Cemitério de zagais" em homenagem aos massacrados. Entrevista, Luís mangate...op. cit. Ver também Silva, J.J. da. Op. cit. p. 288.

A permanência por longo período de tempo dos nguni ou tsonga anguizados na Machanga<sup>152</sup> deve ter criado uma nova identidade clânica entre os habitantes locais.

Baseando-se na similaridade totémica dos seus nomes clânicos, os Nguni substituíram muitos dos que originalmente eram ndaus pelos seus, assim, Ishua ( de origem ndau) passou a designar-se Dliwayo; Nkomo ( de origem ndau ) passou a designar-se Sithole; Shiri ( de origem ndau ) passou a designar-se Nyoni; Shoko ( de origem ndau ) passou a designar-se Simango. De acordo com H.Ph. Junod ( 1939 ) para além do Simango e Nkomo que parece terem sido os primeiros que ocuparam o espaço linguístico ndau, outros importantes nomes clânicos ndaus são: Muyambu, Mulhanga, Mashava, Moyani, Dliwayo, Nyoni, Mbara, Nungu, Manga, Nondo e Mbumbi<sup>153</sup>

Já são mesmo muito poucos os velhos que ostentam as orelhas furadas ao estilo nguni na Machanga, mas na década 60 a 70 do século passado eles eram numerosos.

Estas marcas corporais parecem serem os últimos vestígios mais visíveis que testemunharam a passagem por estas terras das mais crueis dominações levada a cabo por um povo africano sobre outro povo africano de que há memória na sociedade machanguense.

A antiga estrutura político-administrativa dos Nyamukuma , parece que apesar da sua manutenção durante a regência do estado nguni de Gaza, os elementos assimiladores que com ela se confrontaram devem ter permitido a perda da sua originalidade. E enquanto isso, o fim do estado de Gaza e a implantação do regime colonial português no território da Machanga ditou a desintegração completa do que era originalmente o sistema de governação da aristocracia local.

---

<sup>152</sup>O nome Ganga associado ao maioral dos vátuas na Machanga aparece por duas vezes nos documentos portugueses do séc XIX, a primeira vez que foi referenciado foi na "Paz proposta pelos vátuas do Régulo Muzila, residentes na Machanga em 1867" e a segunda por J.J.da Silva quando reportou a guerra entre os régulos na Machanga em 1877. Ver:Fundo do séc XIX. M2 CX1, op. cit. e Silva, J.J.da, op. cit. p.288.

<sup>153</sup>Rita-Ferreira, A. *Pequena História...* op. cit. 131p.

#### 4.7. Fim da presença nguni e início do governo da Companhia de Moçambique

O Chikhugo com a derrota de Ngungunyane foi preso e morto em Fevereiro de 1896 pelas autoridades da Companhia de Moçambique acusado de ter colaborado com Ngungunyane e no seu lugar foi posto por indicação das mesmas autoridades o seu primo, o Mahuta <sup>154</sup>.

No dia 15 de Dezembro de 1896 acusado de “faltas graves”, Mahuta também seria deposto e substituído pelo seu filho Chiteve em banja pública realizada igualmente na Machanga onde estiveram outros chefes vizinhos que tinham estado para junto do Secretário Geral, José de Almeida, prestarem a vassalagem à Companhia de Moçambique como foram os casos de Beia- Peia da zona de Muguíro[Mukuíro], Jenga e Matique de Mambone. <sup>155</sup>

Machanga, algumas vezes durante o tempo colonial, conhecida por terras do Chikhugo, foi o baluarte da resistência à ocupação pela Companhia de Moçambique <sup>156</sup>

Com efeito, Chikhugo manteve-se inimigo dos portugueses durante muitos anos chegando a impedir por largo período de tempo o estabelecimento da autoridade da Companhia de Moçambique nas suas terras. Em 1893 cumprindo as determinações de Ngungunyane exigiu ao comando militar de Chiloane a extinção imediata do posto fiscal que tempos antes havia sido estabelecido pela Companhia no seu território, e mesmo quando este mais tarde foi restabelecido, ele proibiu que a Companhia cobrasse imposto de palhota nas suas terras. <sup>157</sup>

---

<sup>154</sup> Cruz, M.J.op.cit.p.115.

<sup>155</sup> Ibd.

<sup>156</sup> Ibd.

<sup>157</sup> Ibd.

M.J. da Cruz ( 1982 ) caracterizou a sua actuação política de grande fidelidade às ordens do Ngungunyane e por uma intransigente resistência a qualquer iniciativa do estabelecimento da autoridade colonial pela Companhia de Moçambique nas suas terras<sup>158</sup>.

De todos os chefes de territórios a norte do Save, Chikhugo era aquele que gozava de uma particular confiança por parte de Ngungunyane e dos membros da classe dirigente nguni de tal modo que em 1895 os portugueses chegaram a colocar a hipótese de Ngungunyane se refugiar nas terras da Machanga<sup>159</sup>.

Como medidas preventivas face ao evoluir dos acontecimentos iniciados no sul do Save, no mês de Fevereiro do mesmo ano, de que as lendárias batalhas de Marracuene e Magul foram a mais importante demonstração de revolta dos chefes Rongas, as autoridades da Companhia de Moçambique receando a aderência dos chefes territoriais ao norte do Save instaram o comandante de Govuro para preparar uma pequena força militar com soldados recrutados localmente e enquanto numa outra carta, solicitavam ao governo da colónia para a necessidade urgente de ali estacionar uma pequena canhoneira de guerra<sup>160</sup>.

A suspeita dos portugueses de que Ngungunyane podia estar refugiado no norte do Save, foi tal que chegaram a enviar de Sofala um grupo de indivíduos recrutados entre a população local e disfarçados de negociantes com o objectivo de espionagem<sup>161</sup>.

Um relatório de 1902 refere que só no ano de 1896 foi possível a ocupação efectiva dos territórios que abrangiam uma área desde o baixo Zambeze até ao sul de Save

---

<sup>158</sup> Idem. p.113.

<sup>159</sup> Idem. P. 111.

<sup>160</sup> Idem. p.114.

<sup>161</sup> Idem. p.111.

( paralelo 22 ) pela Companhia de Moçambique<sup>162</sup> o que quer dizer que mesmo com a transferência da capital de Gaza para o vale do Limpopo em 1889 e a vigência do acordo " modus- vivendi "assinado entre Ngungunyane e as autoridades da Companhia de Moçambique em 1893<sup>163</sup> sobre a administração conjunta das terras a norte do Save, estas continuaram fiéis apenas a autoridade do estado nguni de Gaza ao qual continuaram a tributar.

---

<sup>162</sup> Boletim da Companhia de Moçambique nº 86, 1902. p.102 .

<sup>163</sup> Cruz, Miguel J. da. p.100.

## V. Conclusão e considerações finais

O estudo sobre o passado político- social da região da Machanga no sé c. XIX permite-nos observar que a região até ao séc XVIII era uma zona dependente do Reino Madanda havendo no entanto, suficientes evidências de ter tido antes ou depois uma ligação com o reino do Quiteve do qual vem o nome dinástico " Nyamukuma " que é até aos nossos dias o título dinástico usado pela aristocracia local e antes também usado na corte do Quiteve por um grupo cuja função era educar os filhos dos nobres.

As características físico- naturais da foz do rio Save representadas pela abundância de caniço ("*Shanga*" na língua local) , determinaram para a adopção do nome com o qual a região é hoje conhecida. Os primeiros habitantes, que se dizem serem originários da região de Mbire devem ter sido eles primeiramente que utilizaram o nome da Machanga que no séc. XX, no contexto urbano da cidade da Beira, o termo foi usado como uma classificação.

As primeiras acções militares portuguesas sobre a região datam de 1811 e foram conduzidas por António José de Ruxleben Governador de Sofala cujas causas ainda hoje não estão claras presumindo-se que deviam estar relacionadas com a guerra para a captura de escravos a julgar pelo curto espaço de tempo que durou a ocupação do território pelo conquistador.

O abalo político causado por estas acções militares serviu-se de prelúdio de grandes consequências que resultariam, 25 anos depois, das acções mais prolongadas de ocupação e dominação ngunis sobre a região.

Em termos práticos, as situações criadas tanto da primeira tentativa de conquista militar colonial portuguesa em 1811 como da dominação nguni sobre a região sobretudo entre 1840 a 1895, resultaram na perda definitiva da autonomia política da



região se atendermos que com o fim da dominação nguni a região foi ocupada pela Companhia de Moçambique.

Socialmente as alterações que se operaram dizem mais respeito as metamorfoses pelo que se passou toda a estrutura social machanguense como consequência da dura política de dominação e aculturação ngunis na região. Os massacres e a pilhagem afectaram profundamente o anterior modo de vida das populações que passou a ser então caracterizado pelo terror e insegurança permanente na vida das pessoas.

O Chikhugo, um dos chefes territoriais mais queridos de Ngngunyane, durante a vigência da ordem política do estado de Gaza relevou-se como o sinónimo da resistência à implantação da administração colonial da Companhia de Moçambique na região da Machanga.

Uma das mais importantes constatações do presente estudo foi que com a presença nguni no espaço territorial Ndau do qual também Machanga faz parte, novas identidades clânicas surgiram e embora não haja hoje na Machanga nenhum homem com orelhas furadas ao estilo nguni sabe-se porém, que o hábito foi igualmente imposto na região no quadro da política da aculturação nguni às populações dominadas.

Outras sínteses culturais operaram-se como consequência de contactos estabelecidos entre os conquistadores e conquistados, como atestam os nomes clânicos similares existentes entre as populações no espaço moçambicano compreendido entre o rio Mussapa ao vale do Limpopo entre os quais Muhlanga, Sithole, Simango, Mashava, e etc.

## Bibliografia e Fontes

### 1. Manuais:

- ✕ AMARAL, Wanda do. *Guia Para Apresentação de Tese, Dissertações e Trabalhos de Graduação*. Maputo : UEM, 1995.

### 2. Arquivo Histórico de Moçambique- Maputo. Fundo do século XIX- Governo do Distrito de Sofala:

Correspondência recebida da missão do Alferes António Augusto Resende-Machanga- M1(14), CX3, 1877. A.H.M.

Correspondência recebida da missão de José Casaleiro da Alegria Rodrigues-Gaza- M2(2), CX3, ( 1884-1885 ).

Correspondência recebida da missão de João Julião da Silva- Quiteve- M1(a), CX3, 1811.

Correspondência recebida do residente-chefe em expedição acompanhando o Gungunhane na sua deslocação para Bilene- Gaza- M2(5), CX3, 1889.

Correspondência recebida da residência subalterna no Mossurize após a saída do Gungunhane para Bilene-Gaza, M2(6), CX3, 1889-1890.

Correspondência recebida do Juíz Territorial de Sofala- M1(4), 1889-1899.

Paz proposta pelos vátuas do Régulo Muzira, residentes na Machanga- M2.CX1, 1867. A.H.M.

### 3. Documentos Publicados:

*Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840 vol 1 ( 1497-1506 )*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962.

SANTOS, F.J.dos. *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.[1a edição de 1609]

SILVA, J.J. *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Comissão Nacional Para os Descobrimentos Portugueses, 1999. Contém: J.J da Silva ( 1844 ). Contém Memórias de Sofala de J.J da Silva e outros documentos assinados por: Z.H da Silva e G.H.E da Silva.

#### 4. Monografias e artigos

AMARAL, Wanda do. *Guia Para Apresentação de Tese, Dissertações e Trabalhos de graduação*. Maputo: UEM, 1995.

ANDRADE, M. P de. Proto-Nacionalismo em Moçambique. Um estudo de Caso: Kamba Simango ( c. 1890-1967 ). In: *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique- Cidade da Beira*, nº6, Outubro de 1989.

BANNERMAN, j.h. Bvumba-Estado Pré-colonial Shona em Manica, na Fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe. In: *Boletim do Arquivo de Moçambique nº 13*, Abril de 1993.

BARRADAS, António Viera. *Informação Económica Sobre o Império e Alguns Elementos de Informação Colonial Portuguesa*. Porto: 1ª Exposição colonial portuguesa, 1934.

BARRADAS, Lerenó Antunes. *Povos da proto-história de Moçambique*. Lourenço Marques: Instituto de Investigações de Moçambique ( Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique-Monumenta nº4), 1968.

\_\_\_\_\_ *Sobre o Roteiro de Sofala do Piloto Árabe Ahmad Ibn- Madjid*. Lisboa: Centro de estudos históricos Ultramarinos ( Separata de STVDIA- Revista Semestral nº 32.

\_\_\_\_\_ *A Primeira Mambone e Suas Imediações*. Lourenço Marques: Instituto Científica de Moçambique, 1967. In: Monumenta nº 14.

BEACH, D.N. *The Shona and Zimbabwe 900-1850*. Salisbury: Mambo Press, 1980.

BOTELHO, S.X. *Memória Estatística Sobre os Domínios Portugueses na África Oriental*. Lisboa: Typ. José baptista Morando, 1835.

EARTHY, E. Dora.. Note on The " Totemism" of The Vandau, in: *Bantu Studies nº 1, Vol.V*, 1931.

JUNOD, H.Ph. *Os Indígenas de Moçambique no séc.XVI e Começo do XVII Segundo os Antigos Documentos Portugueses da Época dos Descobridores*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1939 ( Separata de Moçambique, Documento Trimestral ).

LIESEGANG, G.J... Nguni Migrations Between Delagoa Bay and Zambezi, 1820-1839. In, *African Studies, Vol.III, n°2*, 1970.

\_\_\_\_\_. Sofala, Beira e sua Zona- Cidade da Beira. *Arquivo n° 6 Especial, Beira, Outubro de 1989*,pp.

\_\_\_\_\_. Possibilidades do estudo de espaços cognitivos antigos e mais recentes em Moçambique. In: JOSÉ, Alexandrino e MENESES, Paula ( ed. ). *Moçambique-16 Anos de Historiografia: Focos problemas, metodologias, desafios para a década de 90 vol. I*. Maputo: Notícias, 1991.

\_\_\_\_\_. *Vassalagem ou Tratado de Amizade ? História do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Estudo n°2, Dezembro, 1986.

LOBATO, Alexandre. *Novos Subsídios para a História da Fundação de Sofala*. Lisboa: Ciências Históricas e Filológicas, 1950.

MONTEZ, Caetano.Carvalho. *Apontamentos Para Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses-Praça de S. Caetano de Sofala*. Lourenço Marques: Monumenta. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da província de Moçambique, 1965. Separata n° 1.

MOURA, A.R. Sobre os Vandaus ( Sofala-Moçambique ). In: *Moçambique: aspectos da cultura material*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos/Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1986.

MUHLANGA, S. et all. *Tsamba Ye Cina Masoko Eva Mambo Ve Kare Ve Nyka Ino Nengona Shona*. [s.l]: Lovedale Press, 1947.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918, Vol. I*. Lisboa: Estampa, 1987.

RENNIE, J.K. Ideology and State Formation: Political and communal ideologies among the south-eastern Shona, 1500-1890 In: SALIM, Ahmed Idha ( ed. ) *State Formation in Eastern Africa*. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1984. pp.162-194.

RITA-FERREIRA, A. *Agrupamento e Caracterização Étnica dos Indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos n° 50 1958.

\_\_\_\_\_. *Povos de Moçambique- história e cultura*. Porto: Afrontamento, 1975.

\_\_\_\_\_. *Pequena História de Moçambique Pré-colonial*. Lourenço Marques: Fundo de Turismo, 1975.

\_\_\_\_\_. *Fixação Portuguesa e História Pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos nº 142, 1982.

SERRA, C., *Para a História da Arte Militar Moçambicana, 1505-1920*. Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

NEWITT, M. *História de Moçambique*. Mira-Sinta: Europa-América, 1997.

WEGHER, P. Luís I.M.C. *Um olhar sobre o Niassa, Vol. I*. Lisboa: Paulinas, 1995.

#### 5. Revistas:

Revista de Manica e Sofala, nº 2 e 36.

Boletim da Companhia de Moçambique, nº 78, Ano 1892

Boletim da Companhia de Moçambique, nº 80, Ano 1896.

Boletim da Companhia de Moçambique, nº 86, Ano 1902.

#### 6. Teses:

CRUZ, Miguel J. da. *História da Formação da Classe Trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué 1892-1926*. Maputo, 1982. Tese, Licenciatura, Faculdade de Letras/ Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1982.

DICKINSON, Ronald W. *Sofala And Rivers Of Cuama: crusade and commerce in S.E África, 1505-1595*. Cape Town. 1971, Thesis for Degree of Master of Arts, University of Cape Town. 1971.

LOBO, Rafael. C. A. R. *As autoridades Tradicionais e a Organização das Regedorias de 1961: alguns aspectos político- administrativos na província de Moçambique*. Lisboa, 1966. Tese de Licenciatura, Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e política Ultramarina, 1966.

#### 7. Entrevistas:

Agostinho Manduze Chiteve Simango ( régulo Nyamukuma ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

Bzipa Tchauque ( anciã ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

Fernando Victorino Tuzine ( ancião ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

João Guerra Muchanga ( ancião ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

José Paulo Maduca Simango ( chefe aldeão ou Nyamasango ) Machanga, Setembro de 1998.

Júlia Kua João ( anciã ) Machanga-sede, Setembro de 1998.

Luís Mangate Bill Mapossa ( .ancião. ) Machanga-sede, Setembro de 1998.

Luís Nhangajo Chiguno ( ancião ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

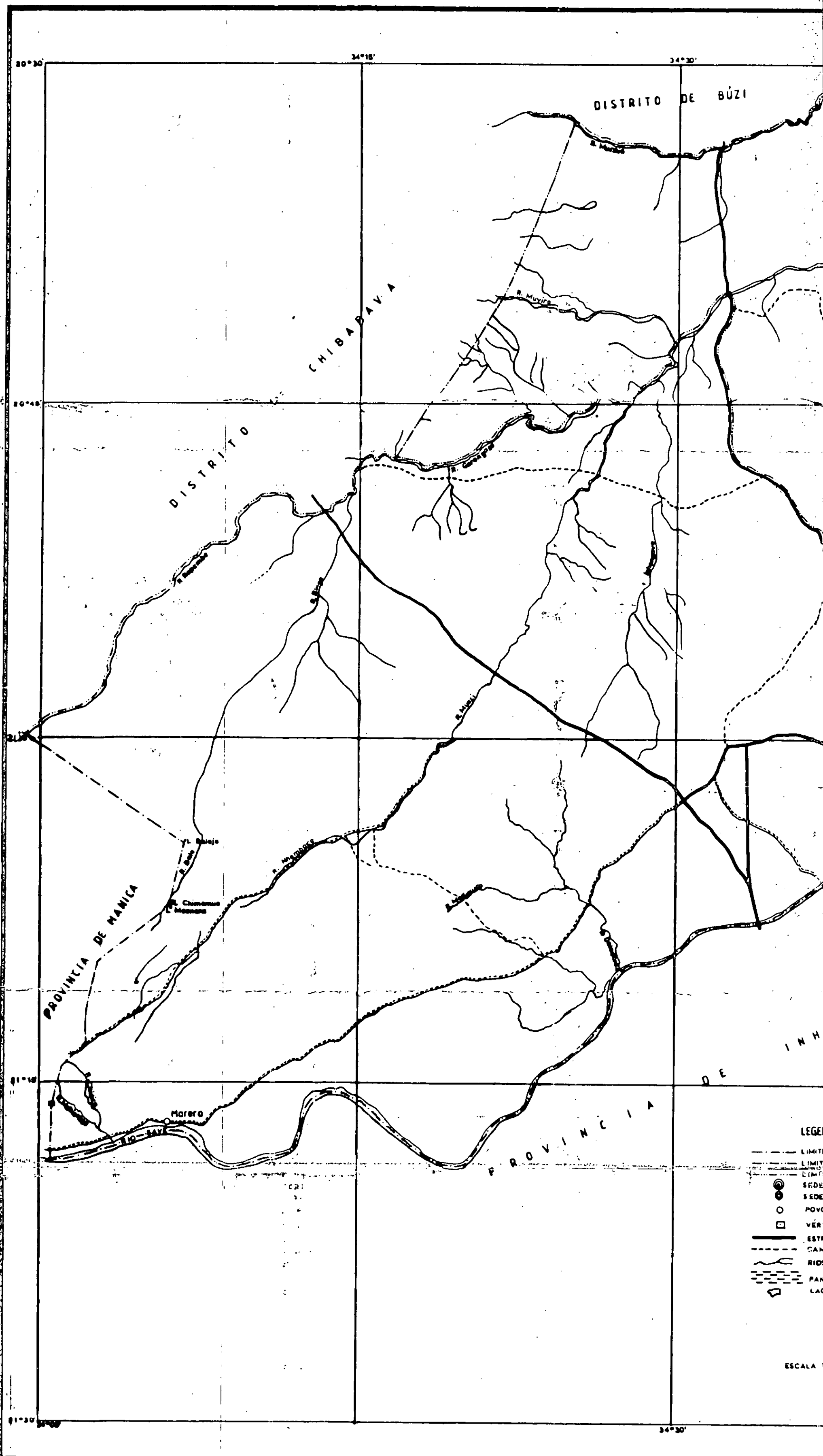
Muari Mavijo ( anciã ), machanga-sede, Setembro de 1998.

Paulo Mucuada Sangulo Muchanga ( ancião ), Machanga, Setembro de 1998.

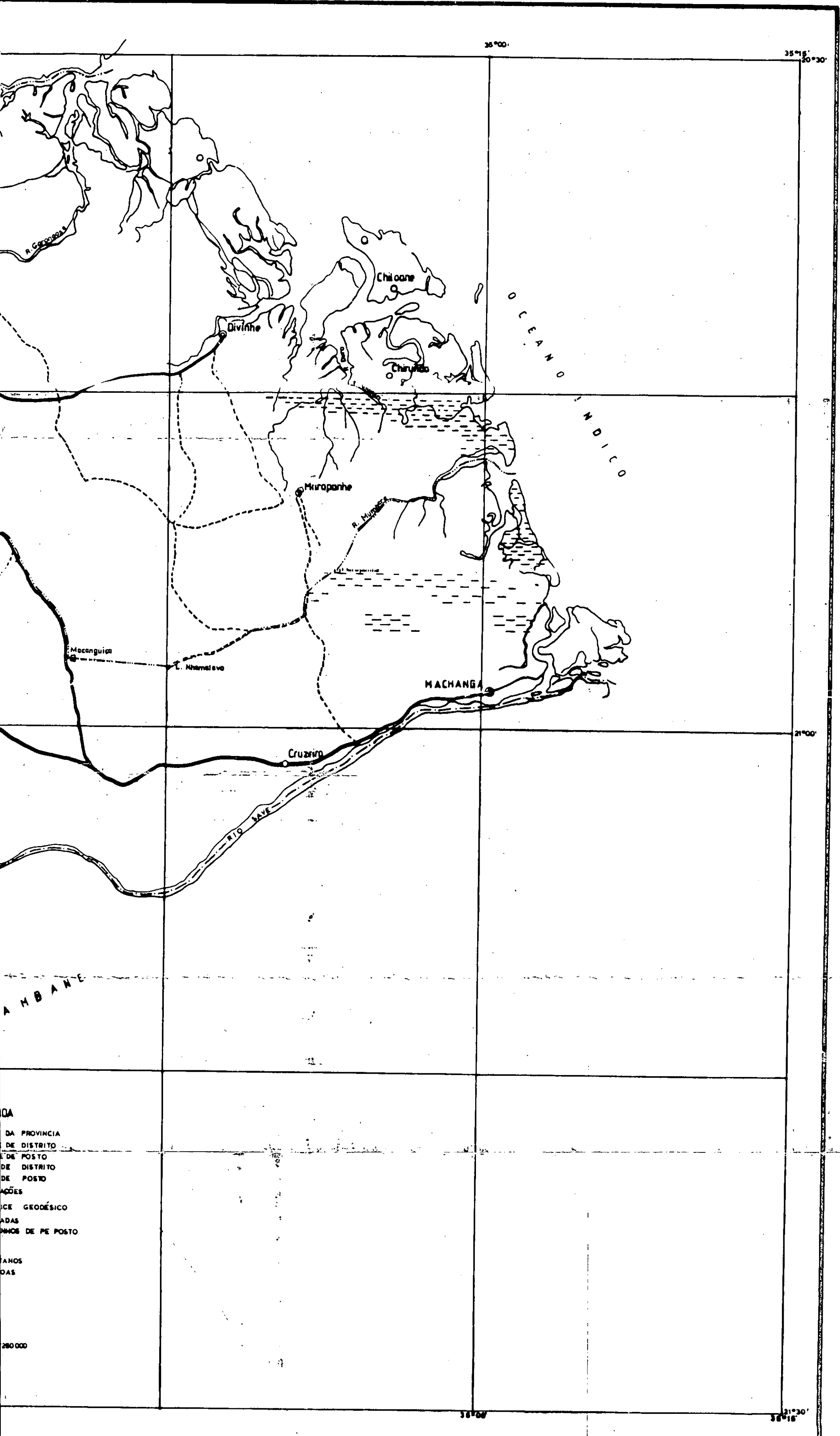
Pedro Bapiro Gafuro ( ancião ), Machanga-sede, Setembro de 1998.

Timóteo Mabessa Simango ( chefe aldeão ou Nyamasango), Machanga-sede, Setembro de 1998.

# DISTRITO D



# E MACHANGA



DA  
DA PROVINCIA  
DE DISTRITO  
DE POSTO  
DE DISTRITO  
DE POSTO  
AGÕES  
ICE GEODÉSICO  
ADAS  
NHOS DE PE POSTO  
ANOS  
OAS

280000

35°00'

35°15'  
20°30'

21°00'

35°15'